



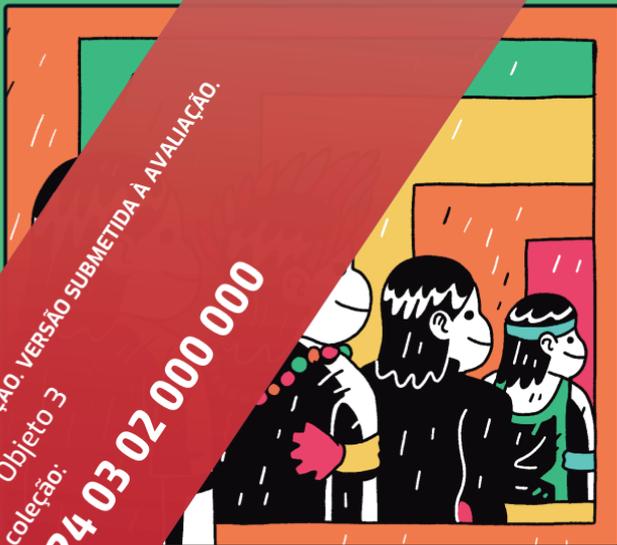
DANIEL MUNDURUKU



CRÔNICAS INDÍGENAS

PARA RIR E REFLETIR NA ESCOLA

ILUSTRAÇÕES DE JOÃO MONTANARO



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO. VERSÃO SUBMETIDA À AVALIAÇÃO.
PNLD 2024 - Objeto 3
Código da coleção:
0006 P24 03 02 000 000

 **avalia**
educacional



MODERNA



DANIEL MUNDURUKU



CRÔNICAS INDÍGENAS



**PARA RIR E
REFLETIR NA ESCOLA**



1ª EDIÇÃO
2022

ILUSTRAÇÕES DE
JOÃO MONTANARO

avalia
educacional



Edição de texto: Patrícia Capano Sanchez, Gabriel Kolyniak
Gerência de design e produção gráfica: Patrícia Costa
Coordenação de produção: Denis Torquato
Gerência de planejamento editorial: Maria de Lourdes Rodrigues
Coordenação de design e projetos visuais: Marta Cerqueira Leite
Projeto gráfico: Isabela Jordani, Bruno Tonel, Vinicius Rossignol Felipe
Capa: Bruno Tonel, Vinicius Rossignol Felipe
Coordenação de arte: Mônica Maldonado
Edição de arte: Paula de Sá Belluomini
Editoração eletrônica: MRS Editorial
Coordenação de revisão: Elaine C. del Nero
Revisão: Estilo Revisão de Livros
Coordenação de bureau: Rubens M. Rodrigues
Tratamento de imagens: Ademir Francisco Baptista, Ana Isabela Pithan Maraschin, Denise Feitoza Maciel, Marina M. Buzzinaro, Vânia Maia
Pré-impressão: Alexandre Petreca, José Wagner Lima Braga, Marcio H. Kamoto, Selma Brisolla de Campos
Coordenação de produção industrial: Wendell Monteiro
Impressão e acabamento:

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Munduruku, Daniel
Crônicas indígenas para rir e refletir na escola /
Daniel Munduruku ; ilustrações de João Montanaro. --
1. ed. -- São Paulo, SP : Avalia Qualidade
Educativa, 2022.

ISBN 978-65-88406-18-2

1. Crônicas - Literatura infantojuvenil
 2. Literatura indígena L. Montanaro, João.
- II. Título.

22-128335

CDD-028.5

Índices para catálogo sistemático:

1. Crônicas : Literatura infantil 028.5
2. Crônicas : Literatura infantojuvenil 028.5

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
Todos os direitos reservados

AVALIA QUALIDADE EDUCACIONAL LTDA.

Rua Padre Adelino, 758 – 6º andar – Belenzinho
São Paulo – SP – CEP 03303-904
Atendimento: Tel. (11) 3240-6966
2022

Impresso no Brasil



**Em memória de Paulinho Payakan e
Manoel Moura Tukano – dois líderes que
sabiam, como ninguém, usar o bom
humor como instrumento de educação.**



SUMÁRIO



O apanhador de absurdos –
Palavras iniciais, **7**

1. Vocês não têm vergonha?, **10**



2. Índio pode dar certo?, **13**

3. Tu és índio de verdade?, **16**



4. A força de um apelido, **18**

5. O índio é mesmo preguiçoso?, **24**



6. Qual é a sua “etmia”?, **28**

7. Uma festa de “índio”, **32**



8. Índio chegou trazendo novidade.
Índio trouxe o cachimbo da paz?, **37**

9. Você “falar” minha língua?, **41**





10. Minha vó foi pega a laço, **46**

11. Se você é o índio,
então não tenho medo, **50**



12. Convertendo antas em peixes, **55**

13. Japonês, chileno ou índio?, **61**



14. Machismo indígena?, **64**

15. Índio quer apito
ou quer direitos?, **67**



16. "Se Deus quiser, um dia
eu quero ser índio...", **72**

17. Equívocos nossos de cada dia, **77**



18. Cidadania plena –
somos contemporâneos, **82**

Autor e obra, **85**

Um livro para desentortar o pensamento, **87**



O APANHADOR DE ABSURDOS

PALAVRAS INICIAIS

○ melhor remédio para as dificuldades da vida costuma ser o bom humor. Aprendi isso com um filósofo grego que costumava usar a ironia como antídoto contra aqueles que não tinham argumentos para dialogar. Sócrates era seu nome, e ele se autoproclamava “parteiro das ideias”, porque acreditava que era preciso extrair o não saber das pessoas – a ignorância delas – para que finalmente pudessem ficar livres para conhecer a verdade.

Tendo vivido muitas experiências, boas e ruins, acumulei anedotas que foram me ensinando como sobreviver numa realidade tão deliciosamente contraditória como a nossa: patricios que se amam e se odeiam num mesmo movimento histórico e existencial. Histórico porque todos vivemos no mesmo tempo, num espaço único, numa mesma canoa; existencial porque a vida é igualmente importante para uns e para outros, mas a ela não é dada a mesma importância, de modo que há pessoas que acham que merecem mais vida que outras, como se umas recebessem privilégios do Universo em detrimento de outras. Esse é um pensamento mágico, não no sentido da fantasia que nos alimenta, mas no sentido

do pensamento que diz que uns são melhores que os outros e por isso têm mais e melhores condições para viver a experiência da vida. Estranho, não?

Talvez por isso quis fazer um caminho como observador dos absurdos, especialmente no que diz respeito aos povos indígenas, meu lugar de fala. Ao perceber as várias “ignorâncias” que as pessoas não percebem que cometem, fui me especializando em registrar e, a princípio, rir delas para em seguida fazer as pessoas rirem daquilo que não sabem, mas acham que sabem porque só aprenderam aquilo. Quando a gente ouve a mesma história o tempo todo, a tendência da gente é acreditar que outra história não é possível. É por isso que é bom rir dos absurdos que apresentamos para que nossa mente fique alerta, atenta, aberta.

Para que servem estes pequenos textos que aqui lhes apresento? Para que possamos nos espantar com aquilo que nos parece óbvio, mas não é. Não é, porque pouco sabemos sobre essas populações. O que nos ensinaram tem a ver com a tal da história única contada por uma voz estridente que nunca nos ofereceu outras versões e, por conta disso, acabamos por aceitar o que nos era ensinado. Dessa maneira, acabamos ficando apenas com as sombras e nunca vemos a realidade, como outro filósofo, Platão, nos mostrou. Ele criou uma história que chamou de Mito da Caverna. Nessa narrativa, pessoas viviam presas dentro de uma caverna. Elas viviam acorrentadas de costas para a saída e podiam ver apenas as suas próprias sombras e as que passavam pelo lado de fora projetadas na parede. As sombras eram tudo o que existia.

Na cabeça delas, a luz que vinha de fora era só uma ficção. Foi preciso libertá-las das correntes para que pudessem olhar a realidade de frente. No começo, elas sofreram com o brilho do Sol. Depois foram aprendendo a andar pelo mundo sempre desconfiando das coisas que lhes eram ditas. *Isso é aprender. Aprender é ficar doente dos olhos*, dizia o educador Rubem Alves. Ele costumava nos lembrar de que era preciso fechar os olhos para apreciarmos a beleza das coisas, o mistério da vida, a gratuidade da existência.

Para isso escrevi estes textos: para fazê-los ficar doentes dos olhos. Ou seja, para que aprendam a questionar a história que nos foi ensinada, para criar o desejo de aprender, para acender a chama da curiosidade pelas outras vidas que não a sua. Fazendo isso, vão adentrar um mundo cheio de conhecimentos, sabedorias, magias. Aí, a experiência de viver será mais intensa, verdadeira, lúdica, porque alicerçada na busca do conhecimento de si mesmo e dos outros seres que também se dizem humanos.

Claro que aqui vão encontrar situações engraçadas, hilárias e até ridículas. Elas foram escritas com a finalidade de nos ajudar a “desentortar” nosso pensamento. Riam, portanto, mas se permitam ser provocados em suas ignorâncias. É preciso deixar o que se acha que sabe para ter oportunidade de conhecer outras realidades.

Bem-vindos a esta aventura.

Daniel Munduruku

1

VOCÊS NÃO TÊM VERGONHA?



Estava eu num evento literário importante. Convidado que fui, estava na companhia de outros amigos indígenas que falavam de sua atuação na sociedade, seja como escritores, seja como profissionais que eram. Em minha companhia estava também o grande líder Raoni Metuktire, que nos ouvia com muita atenção e respeito. Depois ele mesmo fez uma fala muito bonita e entusiasmada sobre sua vida, sua história de luta pela preservação de sua cultura e da Amazônia.

Tudo transcorria bem e de acordo com o combinado. Como éramos várias pessoas para falar, o tempo

foi passando pequeno, sem pressa e cada um prosseguia no ritmo que lhe era próprio.

O público ouvia tudo com muita atenção e, vez ou outra, aplaudia com entusiasmo comoção, o que muito agradava a todos nós que estávamos no palco.

Terminada a parte em que falamos, a conversa foi aberta para que a plateia pudesse fazer algumas perguntas e interagir com todos nós que estávamos ali, ávidos para ouvir as questões levantadas. Foi acontecendo tudo com perfeição: perguntas bem elaboradas e devidamente articuladas pelos participantes. Estava tudo caminhando para seu final feliz quando, de repente, não mais que de repente, alguém levantou a mão para uma última pergunta.

A pessoa estava numa parte mais escura da plateia e a gente não conseguia vê-la muito bem. O microfone foi levado a ela, que se apresentou e iniciou sua questão da seguinte maneira:

– Eu ouvi tudo o que vocês disseram, mas confesso que o que estou vendo aí na frente é um bando de pessoas que não honram sua cultura.

Uau! Isso foi doloroso de ouvir. Como a palavra estava com ela, ficamos querendo saber qual era a pergunta que desejava fazer.

– Quero saber se vocês não têm vergonha de se apresentar vestidos desse jeito, com roupa dos brancos que compraram na cidade. Eu acredito que vocês são muito sem-vergonha por estarem imitando a nossa vida, dos brancos. Vocês têm de honrar a tradição de onde vieram, porque só assim serão honestos.

A plateia não se aguentava mais de indignação e foi logo vaiando o cidadão, que se sentiu intimidado com a situação e nem sequer quis ouvir nossas respostas. Ele foi embora imediatamente.

Mesmo assim ficamos todos indignados. Raoni pediu a palavra e, com seu jeito muito sábio de falar, disse:

– Eu não sou sem-vergonha, não. Eu uso roupa do branco porque estou na cidade dele. Eu tenho respeito por todas as pessoas, mesmo que elas não sejam tão felizes como eu sou por ter nascido no povo Kayapó. Não tiro minha roupa aqui e agora porque minha educação manda eu respeitar o modo de as pessoas serem. É assim que vivo feliz.

Nem preciso dizer que a plateia ficou enlouquecida com a resposta do grande chefe, que soube interpretar todo o nosso sentimento contra aquela pergunta, sim, tão desrespeitosa. Aquela foi uma aula de respeito à cultura das outras pessoas.

Cômico, se não fosse trágico.

2

ÍNDIO PODE DAR CERTO?



Trago mais um acontecimento que pode nos ajudar a pensar alguns elementos de nossa formação quando pensamos os povos indígenas.

A cabeça dos brasileiros é repleta de estereótipos e de equívocos. Não é culpa de ninguém em particular, mas é do sistema em que a gente vive. Por quê? Porque somos educados de acordo com um modelo estabelecido pelo Estado. Ou seja, a gente aprende o que nos ensinam e o que nos ensinam segue a lógica que está em vigor.

Pois bem. Fui convidado para uma conferência em uma universidade onde o principal orador seria eu.

Preparei-me para isso com toda a dedicação e delicadeza para que eu pudesse falar coisas que realmente caíssem bem no local em que me encontrava. Desta vez havia quebrado meu próprio protocolo de não esbanjar aparência para não cair em contradição com aquilo que costumo defender, que tem a ver com minha condição de indígena. No entanto, caprichei no visual colocando um *blazer* sobre uma camisa social, peça que raras vezes uso. Enfim, assim me apresentei.

O cerimonial se iniciou com as palavras de boas-vindas dos organizadores, agradecimentos aos apoiadores, *et cetera* e tal. Por fim, o momento de subir ao palco se aproximava e o mestre de cerimônias dirigiu-se ao púlpito para fazer as honras da casa. E, assim, ele me apresentou lendo o enorme currículo que fui acumulando ao longo da vida. Ao final, o público aplaudiu e me dirigi para a cadeira que estava à minha disposição.

Falei durante 60 minutos, tempo que considero suficiente para discorrer sobre o tema a que me propus e também para dar oportunidade de interagir com a plateia. Aconteceu tudo conforme o previsto. Dei meu recado, como se diz, e abri para o público.

Na última pergunta, uma pessoa pediu a palavra e a iniciou da seguinte maneira:

– Meu caro, notei que seu currículo é muito extenso e que você já fez um percurso muito rico e potente na sociedade brasileira. Talvez, ousar dizer, você esteja entre os poucos cidadãos brasileiros que alçou um lugar tão desejado por todos.

Fiquei aguardando a pergunta, que, àquela altura, já parecia totalmente desnecessária. Mas aguardei.

– Pois bem. Eis minha pergunta: agora que você é “um brasileiro que deu certo”...

Confesso que não ouvi o resto da pergunta. Aquele início já me incomodou de tal maneira que meus ouvidos se fecharam imediatamente. Respirei fundo e apenas acenei para ele, me curvei e disse:

– Se você está dizendo que dar certo é frequentar os bancos da universidade, ter comida digna na mesa, ter uma casa para morar, ter oportunidade de frequentar momentos culturais, poder comprar livros para ler e me divertir, sim. Mas não fui eu quem deu certo, foi o Brasil que deu errado por deixar a maioria de seus patriotas abaixo da linha da miséria, sem escolas decentes, sem serviço público digno. Desculpe, mas o Brasil que gerou um brasileiro que faz uma pergunta dessa está mesmo fadado ao fracasso. Pronto, falei.

3

TU ÉS ÍNDIO DE VERDADE?



Não é incomum ouvir a pergunta acima. Ela nasce de uma curiosidade muito compreensível, especialmente de crianças. É que elas foram ensinadas a pensar os indígenas como seres do passado, portanto como uma ficção que só existe no imaginário delas.

Chego à escola para uma atividade sem fazer muito alarde. Faço isso para “parecer normal”. Recebido por um diretor ou diretora um pouco surpreso, procuro manter a tranquilidade porque sei o estranhamento que sentem. Sei também que eles ainda carregam dentro de si uma imagem equivocada. Estavam, provavelmente, esperando

um “índio típico” que lhes garantisse o imaginário. Não costumo ir “fantasiado” para as atividades. Faz tempo que me convenci de que a melhor maneira de educar é impactar as pessoas com a normalidade. Elas querem o mesmo de sempre, o que já está estabelecido no imaginário delas. O melhor é questionar o modelo sendo aquilo que elas não esperam de nós. Simples assim.

Pois bem, quando começo a conversar com as crianças, vou procurando surpreendê-las, seja falando na minha língua, seja me “caracterizando” diante delas para poder explicar os significados de cada traço, cada pintura. Dessa maneira, as crianças vão aprendendo enquanto se divertem.

O mais interessante é que, apesar de toda a didática que eu uso, sempre há aqueles que não conseguem acreditar que eu sou o que digo que sou e por isso repetem a pergunta sobre minha identidade.

- Tio, tu és índio de verdade?
- O que tu achas? – devolvo a pergunta.
- Tu pareces um índio, mas tens roupa igual à nossa.
- Tu querias que eu estivesse pelado aqui?

Ele ri com inocência, entendendo minha provocação.

– Entendi, tio. Tu queres dizer que, mesmo que tu uses roupas, não deixas de ser índio, né?

Fico feliz com a conclusão dele e elogio sua sagacidade. Finalmente será menos um com a cabeça voltada para o passado. Agora só faltam alguns milhões. Um passo de cada vez.

4

A FORÇA DE UM APELIDO



O menino chegou à escola da cidade grande um pouco desajeitado. Vinha da zona rural e trazia em seu rosto a marca de sua gente da floresta. Vestia um uniforme que parecia um pouco apertado para seu corpanzil protuberante. Não estava nada confortável naquela roupa, com a qual parecia não ter nenhuma intimidade.

A escola era para ele algo estranho de que ele tinha ouvido apenas falar. Havia sido obrigado a ir e, ainda que argumentasse que não queria estudar, seus pais o convenceram dizendo que seria bom para ele. Acreditou nas palavras dos pais e se deixou levar pela certeza de dias

melhores. Dias melhores virão, ele ouvira dizer muitas vezes. Ele duvidava disso. Teria que enfrentar o desafio de ir para a escola, ainda que preferisse ficar em sua aldeia correndo, brincando, subindo nas árvores, coletando frutas ou plantando mandioca. O que ele poderia aprender ali?

Os dias que antecederam o primeiro dia de aula foram os mais difíceis. Sobre seu corpo colocaram uma roupa que lhe apertava os músculos, os pés, o tórax. Quase não conseguia respirar quando lhe vestiam o uniforme. Ou melhor, “a farda”, como se dizia naquela época.

Finalmente, o primeiro dia de aula chegou. Arrumou seu material escolar em uma mochila, o lanche preparado carinhosamente pela mãe, e colocou-se a caminho. Tudo lhe parecia estranho demais, novo demais, esquisito demais. Tudo era sofrido demais.

Quando chegou à frente da escola, parou. Olhou para as grandes paredes que a formavam e ficou desolado, imaginando o que iria acontecer em seguida. Pensou em voltar atrás, mas lembrou as palavras de seu pai, que lhe dizia que um guerreiro nunca desiste. Seguiu adiante, acompanhado de sua mãe, que não o deixava por um instante sequer. Seus pés doíam por causa do tênis que lhe obrigaram a usar e que era um número menor para o tamanho de seus pés. Aguentou com dignidade o desconforto. Quando chegou ao portão que separava a vida da aldeia e a escola, estancou, buscando os olhos atentos de sua mãe. Não conseguiu pensar em nada. Apenas entrou.

Dentro do prédio da escola, avistou um grupo de meninos com idade aproximada da sua. Sentiu algum ânimo naquele momento. Viu que tinham rostos parecidos com o seu, cabelos lisos, corpo bronzeado. Ensaiou um sorriso, mas logo ficou desanimado, porque um daqueles meninos gritou logo que o avistou:

– Gente, olha o índio que chegou em nossa escola! Olha o índio que veio estudar aqui!

Ouviu explodir muitas risadas nascidas das palavras do colega. Ficou intrigado. Olhou para todos os lados, para cima e para baixo, procurando o que o garoto chamara de “índio”. Em sua inocência, pensou tratar-se de um passarinho de uma espécie que não conhecia. Diante da aparente ignorância do recém-chegado, o grupo gargalhou ainda mais, constringendo o novato, que, finalmente, entendeu que estavam falando de sua pessoa. Pensou mais uma vez que eles o estavam recebendo de maneira gentil e que essa palavra – que ele nunca ouvira antes – era uma forma carinhosa de tratar o estrangeiro. Infelizmente, não era.

Dias depois, descobriu que estava sendo chamado por um apelido.

– Apelidos são formas pouco gentis de tratar as pessoas, meu filho – disse-lhe a mãe, um tanto preocupada.

– O que significa essa palavra, pai? – perguntou um dia para seu genitor enquanto pescavam no igarapé. O pai o observou sem pressa.

– Índio, meu filho, é como as pessoas da cidade se referem aos nossos povos antigos. É uma palavra que diz

o que eles pensam de nós, e eles pensam coisas terríveis. Dizem coisas que enfraquecem nosso espírito. Eles não sabem quem somos, e por isso nos deram um apelido que nos humilha e maltrata. Posso dizer a você que eles não sabem, mas nós sabemos quem somos, e isso é tudo de que precisamos para viver bem a nossa vida.

Depois dessas palavras, o pai abraçou o menino e sussurrou em seu ouvido:

– Somos fortes, somos guerreiros. Somos de um povo antigo e valente. Somos água, somos gente. Somos terra. Somos sementes.

O menino fechou os olhos agradecido, mas sabia que muito ainda iria acontecer.

PARA REFLETIR

INDÍGENAS SIM, ÍNDIOS NÃO.

Aprendemos equivocadamente a chamar a pessoa que pertence a um povo originário pela palavra “índio”. Nunca nos ensinaram que tratar alguém por esse apelido é aceitar e repetir uma imagem estereotipada que desqualifica essa pessoa.

É isso mesmo: essa palavra não diz quem nós somos de verdade. Quase sempre pessoas costumam ter um olhar romântico sobre nós. Normalmente pensam que vivemos num eterno domingo em que tudo funciona bem ou que estamos o tempo

inteiro sem problemas, dificuldades ou dúvidas sobre a vida. Outras pessoas pensam que, por causa disso mesmo, somos preguiçosos, vagabundos, malandros; que temos muita terra sem produzir ou que atrapalhamos o progresso e o desenvolvimento do Brasil. Tudo isso é repetido pelas pessoas que não conhecem nossa história nem nossa trajetória de vida ou por pessoas e grupos que querem expropriar nossa terra para torná-la um grande negócio econômico. Pessoas que pensam assim são desprovidas de informações sobre nosso estilo de vida, nossa organização ou nossas crenças ancestrais.

O uso dessa palavra também generaliza nossa existência, dizendo que nossas diferenças não são importantes. É uma palavra que empobrece nossa experiência de humanidade, arranca nossa identidade e, portanto, encobre nossas diferenças. Ela tira nossa importância e empobrece nosso pertencimento à terra Brasil.

Indígenas sim, índios não. Os que primeiro habitaram esta terra chamada Brasil são originários, ou, se preferirem, indígenas. Mas sermos originários significa que temos um povo de origem, por isso é muito bom quando alguém diz que somos um indígena Munduruku, Xavante, Guarani ou Kayapó. Quando alguém nos chama pelo nome do nosso povo está nos reconhecendo como participantes de um determinado povo cuja origem é passada de pai para filho num grande e rico processo de nos tornar gente de verdade.

Nosso país tem de ter orgulho de nossa presença, porque somos os fundadores de sua identidade nacional. Nossa gente

brasileira tem de se reconciliar com seu passado para poder viver com alegria e esperança no seu presente. Somos seus contemporâneos, meus amigos, minhas amigas. Não somos escravos do passado, mas gente do presente. Dispostos a ajudar o Brasil a construir e viver sua vocação para a diversidade.

Indígenas sim, com muito orgulho, com muito amor. Brasileiros, sim, nascidos Munduruku, Xavante, Wapichana, Kalapalo, Baré, Tuyuka. Assim como você, nascido brasileiro, mas trazendo a marca de outros ancestrais.

Pense em si como parte do todo que somos nós.



MODERNA

5

O ÍNDIO É MESMO PREGUIÇOSO?



Ouvi outro dia mais uma anedota sobre os indigenas. Essa traz um pouco de reflexão que nos ajuda a pensar sobre as incompreensões que cercam nossa gente originária.

Me contaram assim:

Um dia, um homem foi visitar uma aldeia no Mato Grosso do Sul. Ele era sulista, desses que vão para o norte para colonizar por conta da fama de trabalhadores que eles têm. Chegou, olhou, olhou, viu as crianças brincando, as mulheres coletando mandioca, os jovens tomando um delicioso mate gelado. Depois, foi até a beira do rio

e observou que havia um Kaiowá deitado numa rede e segurando uma vara de pescar. O estrangeiro chegou pertinho do moço pescador e percebeu que ele estava ali acompanhado de um curumim com quem brincava enquanto esperava o peixe fisgar a isca.

O tempo passou e, como nada acontecesse, o sulista se aproximou novamente e indagou ao pescador:

– Estou te observando aqui há um bom tempo e não vejo nenhuma evolução em sua pescaria. Por que tu não fazes diferente?

O jovem estranhou a pergunta.

– Como assim, fazer diferente?

– Por que tu, em vez de ficar com esta vara esperando um tempo grande para pegar um único peixe, não jogas uma rede para pegares muito mais de uma única vez?

O jovem pescador entendeu a preocupação daquele homem e sua ideia de trabalho. Àquela altura, o curumim já estava prestando atenção à conversa. Olhou para seu pai, aguardando uma resposta. O pescador entendeu o olhar do filho, passou a mão na cabeça e disse polidamente:

– Eu não preciso de muitos peixes. Preciso apenas do necessário para meu sustento e de minha família. Qual é o sentido de pegar mais peixe do que preciso se depois eu não tiver mais peixes para pescar? Se eu deixá-los reproduzir, terei comida para muito tempo. Além disso, eu não estou aqui pescando, mas brincando com meu filhinho.

Depois que disse isso, pegou seu menino no colo e voltou a brincar na rede.

PARA REFLETIR

Sem querer ser chato, mas já sendo, é preciso que a gente compreenda a lógica que move os povos indígenas. Isso não é simples de explicar porque implica sair do modelo de pensamento hegemônico. Mas basicamente é assim: o tempo do Ocidente é movido pelo relógio. O relógio lembra produção de riqueza, acúmulo, poupança, investimento, progresso e desenvolvimento. Tudo isso está resumido a uma palavra: *trabalho*. Nos grandes centros nos lembram de que tempo é dinheiro, e que dinheiro se conquista com trabalho. Trabalho tem a ver com investimento de tempo e energia. O tempo será bem utilizado na medida em que pudermos manipulá-lo e reduzi-lo a um planejamento. Se tudo der certo, dizem, conseguiremos ser bem-sucedidos, ricos e famosos. Teremos nos tornado “alguém” na vida. Seremos, então, felizes. O tempo do Ocidente é, portanto, o futuro. O homem moderno é um vir a ser. Precisa ser “alguém” para ser considerado uma pessoa realizada. É o tempo do indivíduo, do ter, do egoísmo.

O tempo indígena é um pouco diferente. É o tempo da natureza, da mudança, do ciclo, do círculo. O tempo indígena é circular porque é definido apenas como passado e presente. Essas populações não pensam o futuro, mas vivem o presente, o agora. São povos que acreditam que só há uma possibilidade de ser feliz: hoje. Jogam todo o seu esforço criativo e laboral para que possam produzir menos e viver mais. Produzir para seu próprio sustento sem necessidade de estocar, guardar, congelar. Isso implica consumir

o produzido. Caso haja excedente, o que acontece? Divide-se. Dessa maneira, cria-se uma sociedade da solidariedade, do comprometimento. Nela, não há necessitados, gente que passa fome ou pessoas abandonadas sem abrigo ou sem comida. Conclusão: não, os indígenas não são preguiçosos, pois são regidos por outra lógica de produção que privilegia a comunidade e não o indivíduo. Assim, sobra mais tempo para brincar com as crianças.



MODERNA

6

QUAL É A SUA “ETMIA”?



Isso aconteceu de verdade e me foi contado por um amigo muito chegado, num dia de abril, quando sempre nos reunimos para participar de eventos em diferentes lugares do Brasil. A história ocorreu em abril, mas poderia ter acontecido em qualquer época do ano. É que abril é um mês em que as pessoas e as instituições de ensino dão maior relevância à temática indígena por conta do famosíssimo “dia do índio”.

Estávamos numa cidade do litoral de São Paulo. Para ali fomos a convite de uma instituição que havia organizado uma programação toda especial para homenagear os

povos indígenas. Tudo estava indo muito bem. O público que atendíamos estava sempre muito atento às nossas palavras e, assim, conseguíamos passar a mensagem que desejávamos.

No intervalo para o almoço, saímos da instituição. Meu amigo foi procurar outro local para sua refeição e fiquei com outros dois amigos que estavam juntos. Tudo transcorria muito bem. Já estávamos no fim do almoço quando o amigo chegou perto de nós e contou que havia conhecido uma pessoa muito estranha. Quisemos saber de quem se tratava.

– Era uma mulher. Disse que era caminhoneira e que estava passando pela cidade quando viu que havia uma atividade com “índios” e quis parar para saber do que se tratava. Ela disse que adora os “índios”.

Ficamos curiosos para saber o final daquela história.

– E o que aconteceu, cara? Conte de uma vez – insisti.

O amigo quase não conseguia segurar o riso e a gente nem imaginava do que ele estava rindo ou querendo rir.

– Quando ela me viu de cocar e de rosto pintado se pôs à minha frente e perguntou: “Você é o ‘índio’ que está na cidade? Você é muito bonito, sabia? Você não anda mais na aldeia? Seu povo ainda anda pelado? Vocês ainda comem gente? Você é casado? Eu tinha vontade de ir numa aldeia para viver a vida boa que vocês levam. Eu gosto muito dos índios. Você não quer me levar lá?”.

A essa altura, eu e meus amigos já estávamos rindo a plenos pulmões. Não tanto pela gravidade das perguntas,

mas pelo jeito engraçado que o amigo contava, imitando o jeito de a moça falar.

– O pior, no entanto – ele continuou –, foi a última pergunta que ela fez.

– Qual foi? Conte logo.

– Qual é a sua “etmia”?

Caímos na gargalhada. Eu confesso que ri tanto que cheguei a chorar. Meu amigo depois contou que a moça tinha um jeito romântico de falar sobre aqueles a quem ela chamava de “índios”.

– Ela não falou por mal – ele disse.

A piada virou assunto nos dias posteriores. Sempre que a gente ouvia perguntas estranhas, a gente repetia uns para os outros:

– Qual é a sua “etmia”?

A bem da verdade, a gente aproveitou a oportunidade para conversar entre nós sobre como a sociedade brasileira ainda desconhece seus povos indígenas e o que conhece é baseado em estereótipos que foram sendo disseminados ao longo da história nacional como uma forma de excluir e dominar.

– Nossos povos foram sendo desqualificados para serem dizimados. É uma história mal contada que gera pessoas como nossa amiga caminhoneira, que deve ter ouvido muita bobagem na escola que frequentou quando criança. Temos muito o que fazer, meus amigos. Nosso trabalho está apenas começando – refleti.

E assim continuamos.

PARA REFLETIR

No Brasil não há TRIBOS indígenas e, sim, POVOS. A diferença é sutil, mas faz muito sentido. Vejamos: tribo é uma parcela, um pedaço de um povo. Ou seja, no Brasil existe o que chamamos de tribos urbanas, que são pequenos grupos que compartilham interesses, linguagem, vestuário ou até mesmo tatuagens, mas são grupos dependentes da economia nacional. Esses grupos não possuem autonomia.

Quando falamos em povo, entende-se que se trata de uma instituição totalmente autônoma e independente, porque possui língua, economia, espiritualidade, organização social e leis próprias, que independem do sistema em que está hospedada.

Por isso, esses povos são reconhecidamente povos, e não grupos tribais.

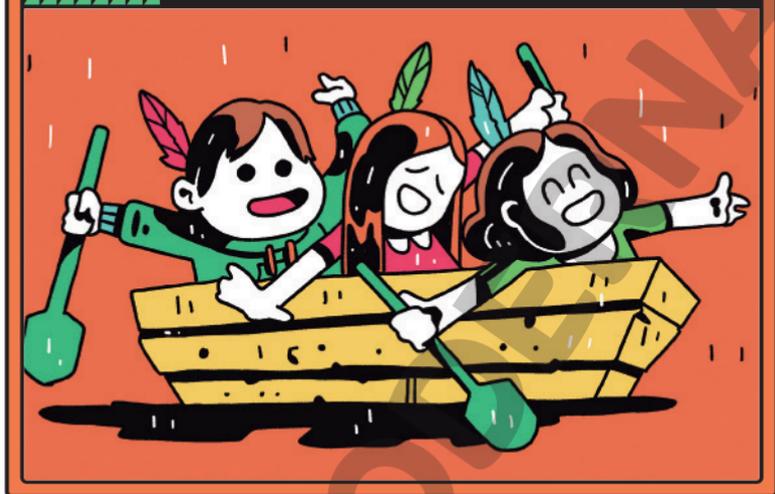
Também é possível referir-se a eles como etnias (palavra da antropologia) e nações (pensando geopoliticamente).

Muita gente ainda confunde aldeia e povo. Não esqueça que aldeia é onde se mora, onde se vive. Povo é lugar de pertencimento. Quando alguém diz que visitou uma aldeia, quer dizer que visitou um lugar onde moram membros de um determinado povo. Nunca se deve dizer: visitei uma tribo, porque, geralmente, um povo é dividido em muitas aldeias, que quase sempre são autônomas e têm sua organização própria.

É isso aí.

7

UMA FESTA DE “ÍNDIO”



Todo mundo sabe que o dia 19 de abril é o famigerado “dia do índio”. As escolas normalmente se preparam para comemorar a data com toda a pompa possível. Logo no início do mês, já começam a ensaiar uma série de atividades com os estudantes desde a mais tenra idade. É um tal de cortar cartolinas para fazer cocar, comprar miçangas para confeccionar colares, pulseiras, braceletes, tangas e brincos. Uma verdadeira corrida para descobrir como o tal índio faz a tinta bem vermelhinha ou como é a letra da música que cantam e os passos que usam. Argila é a matéria-prima principal da professora de Arte,

pois ela vai obrigar as crianças a reproduzir as famosas “ocas” em miniatura, para a alegria dos pais que virão visitar a mais linda exposição jamais feita na escola. Todo mundo se envolve, afinal são os nossos primeiros habitantes e não podem ser esquecidos.

Pois bem, vou lhes contar o que aconteceu comigo em uma ocasião em que fui convidado especial em uma dessas escolas.

Antes, porém, gostaria de dizer que sempre brinco com as pessoas quando chega o tal mês de abril. Costumo dizer que é o único mês em que “índio” trabalha, pois todas as escolas querem um pedacinho dele. Verdade seja dita: é mesmo a época do ano em que mais sou convidado para conversar com estudantes. Certamente não é por causa de meus lindos olhos azuis.

Vamos lá. Fui convidado para ir a uma escola que gostaria de me homenagear como representante dos primeiros brasileiros.

No dia marcado, fui à escola. Ela estava toda enfeitada com desenhos das crianças pequenas (que desenhavam e pintam sempre a mesma “oca”), com as maquetes de aldeia feitas de argila, com grafismos desenhados em cartolinas representando a diversidade, com fotografias e frases com dizeres estatísticos sobre a população, os lugares onde habitam, entre outras coisas.

Fui muito bem recebido pela diretora da escola, que agradeceu minha presença ali.

Na hora marcada, fui para o pequeno auditório onde ia acontecer a tal homenagem. Lá chegando, um grupo de

crianças todas caracterizadas (como se fosse um bloco de carnaval) me conduziu para o que eu defini como um trono à espera de um rei. Sentei-me confortavelmente e fiquei aguardando o que viria em seguida.

A diretora acolheu todos os estudantes. Parecia que toda a escola estava ali reunida, haja vista o número de pessoas amontoadas. As crianças menores estavam na frente porque seriam as primeiras a se apresentar, imaginei. Depois das palavras de acolhida, outra professora tomou conta do microfone e passou a chamar as atrações. O rei no trono – que era eu – estava numa expectativa danada do que iria acontecer.

Adivinhei quando achei que os primeiros eram os menores. Eles entraram em fila e formaram um círculo no chão. A ordem da professora: “Todos com perninha de índio”. Eles obedeceram imediatamente e as cruzaram. Traziam um cocar feito com papel-cartão com duas penas desenhadas no centro. Nas mãos traziam um maracá confeccionado com jornal meio estilo *origami*. Deixaram o objeto no chão quando começaram a cantar:

*Um, dois, três indiozinhos,
quatro, cinco, seis indiozinhos
iam num pequeno bote.
Iam navegando rio abaixo
quando um jacaré se aproximou
e o barco com os indiozinhos
quase, quase virou...
mas não virou.*

A música vinha acompanhada com gestos corporais para encenar a saga dos indiozinhos.

Confesso mais uma vez que comecei a ficar inquieto em meu trono. Fiquei pensando de onde tiraram essa música totalmente sem sentido. Me deu vontade de falar logo, mas não houve tempo. As crianças saíram aplaudidíssimas pela sua brilhante apresentação artística. Eu também aplaudi, claro.

Em seguida foi chamada uma aluna que tinha uma voz singular, segundo a professora. Ela iria cantar uma famosa canção que ficou muito conhecida na voz de Baby do Brasil (sei que vocês não conhecem, pois ela é das antigas). A mocinha pegou o microfone e soltou a voz para cantar “todo dia era dia de índio. Mas hoje eles só têm o dia 19 de abril”. A voz dela era realmente muito bonita e cantou de maneira muito poética. De minha parte fui pensando na antiguidade daquela canção. Como é possível alguém ainda ter como referencial uma música dos anos 1970? Será que não se atualizaram em nada?

Nem deu tempo pra pensar direito. Na sequência veio um grupo de estudantes do Fundamental I. Eles também vieram devidamente caracterizados. Os meninos vestiam uma tanga confeccionada com saco de estopa e o rosto pintado com aqueles dois riscos tradicionais; as meninas estavam com um bustiê e uma saia com o mesmo material. Elas traziam também um cocar na cabeça e os cabelos devidamente trançados. Todas elas se pareciam com a Pocahontas (lembram-se dela?). Apesar da “fantasia”, cantaram uma música que a professora apresentou como

sendo do povo Guarani, embora eu mesmo não tenha reconhecido nenhuma palavra.

Por fim, foi a vez do Fundamental II. Os meninos maiores não quiseram se “enfeitar”, disse a professora que os apresentou. Pediu que eu os desculpasse por essa rebeldia. Eu ri, feliz. Eram seis pessoas. Chegaram ao palco com panca de *hip-hop*. Logo eu vi que viria alguma rebeldia, de fato. Alguém soltou uma música e o grupo passou a pular em cima do palco. Eu, sentado no meu trono, vi que o chão começou a tremer. Fiquei com medo de cair. O grupo ficou nesse rodopio por uns cinco longos minutos. Eu tremendo no meu trono. Logo depois foi entrando um novo integrante. Esse veio todo paramentado de “índio” (lembrava um apache norte-americano). Microfone na mão, veio logo dizendo:

*Índio chegou trazendo novidade,
índio trouxe o cachimbo da paz.
Sente a maresia, sente a maresia.*

Ele cantou isso olhando diretamente para mim. Depois virou para a plateia e saudou a todos com a música completa do Gabriel, o Pensador. No final, ele entregou o microfone na minha mão e disse: “Agora é tua vez, mano”. Eu, que ainda estava sentindo a maresia, preferi não falar.

8

ÍNDIO CHEGOU TRAZENDO NOVIDADE. ÍNDIO TROUXE O CACHIMBO DA PAZ?



isso não é um cachimbo

Será que os jovens ainda conhecem o *rap* cantado por Gabriel, o Pensador? Talvez sim, talvez não. O que sei é que foi uma música que fez muito sucesso nos anos 1990 e que trazia uma séria reflexão sobre os equívocos contra os povos indígenas. É claro que o compositor não pôde fugir dos “lugares comuns” no momento em que transformou sua canção em reflexão. O fato é que ele conseguiu colocar

na letra da música um apropriado debate político, apesar dos estereótipos.

Trago isso para o nosso livro porque sempre acontece uma coisa quando vou às escolas conversar com os jovens e os adolescentes: o tema das drogas vem à tona. É muito comum os jovens abordarem esse tema porque está na mente deles que os indígenas consomem psicoativos em seus rituais.

A questão é sempre a mesma: o que “eles” colocam no famoso cachimbo da paz? Procuo sempre ser o mais didático possível para tentar ser claro, objetivo.

Antes de tudo, vale a pena esclarecer que o “cachimbo da paz” foi trazido ao Brasil pelo cinema norte-americano e pelos desenhos animados de lá. Em tempos mais antigos, os filmes que eram transmitidos por aqui eram chamados de faroeste e apresentavam o embate entre os nativos e os destemidos colonizadores que enfrentavam muitas dificuldades para vencer a indômita região habitada pelos “índios” selvagens e bárbaros. No meio da película havia a negociação entre o herói branco e o chefe nativo. Antes da conversa havia um ritual em que o invasor tinha que tragar um cachimbo oferecido a ele para selar um acordo de paz. Daí vem a expressão.

Como ela veio importada para nós, sempre se acreditou que o fumo tragado era uma referência às drogas ilícitas consumidas no Brasil. Dessa maneira, os indígenas eram vistos como consumidores de ervas que os reportavam para um estado alterado de consciência. Com o passar do tempo, isso passou a morar no imaginário das pessoas.

Sei que não é fácil dar uma resposta única, mas vale lembrar que nossas populações originárias têm uma relação muito especial com a natureza, acreditando que ela está intrinsecamente ligada a nós e nós a ela. Sendo uma companheira fiel, ela nos oferece o melhor que tem para que a gente viva bem e em paz. Oferece alimentos, frutos, remédios, perfumes, cremes e muitas histórias. Em troca, cuidamos dela, cantamos e dançamos para vê-la feliz. É, assim, uma troca que fazemos.

Ao mesmo tempo, a natureza nos propõe desafios e mistérios que nossos olhos não podem enxergar se não usarmos elementos que ela própria nos oferece.

É assim que surge a figura do pajé, o sábio curador de nossas feridas da alma. Cabe a ele o conhecimento dos caminhos da natureza, porque a cura nem sempre é visível aos olhos. É necessário que haja alguém que faça a intermediação entre nós, mortais, e o mistério que incomoda nossa existência. Como nem sempre a cura está aparente, o sábio mergulha na sabedoria da natureza para fazer emergir a cura de nossas feridas. Com ela, ele conversa procurando fazer com que lhe revele os melhores remédios. Para isso, às vezes, ingere as plantas que lhe contarão que tipo de doença nos acomete para que ele possa criar o antídoto.

Pode parecer confuso o que estou tentando descrever, mas o fato é que a natureza fala, e sim, ela altera nosso estado de consciência a fim de entrarmos em consonância com o universo que nos cerca. O consumo desse tipo de bebida ou de ervas nos ajuda a criar sensibilidade para

que possamos compreender o mistério da existência. Isso funciona, podem estar certos.

Chamar essas ervas sagradas de drogas é se deixar levar pelo discurso de que alguém pode definir o que é certo ou errado para todas as pessoas. Não pode. Cada povo, cada gente, cada indivíduo tem plena condição de sentir-se completo sem precisar que o julguem. Usar plantas medicinais ou ervas que alteram a consciência não causa, necessariamente, dependência física ou psíquica. O vício se dá por causa dos produtos químicos que se misturam às propriedades medicinais dos produtos naturais. Isso é movimento de uma indústria financeira que precisa do desequilíbrio pessoal dos indivíduos para que possam continuar crescendo e se alimentando da doença. Os povos indígenas se alimentam da saúde.

9

VOCÊ “FALAR” MINHA LÍNGUA?



Estava eu numa cerimônia política em que se discutiria a implantação de políticas públicas para os indígenas da cidade de São Paulo. Eu havia sido convidado, junto com os parentes Guarani da capital, para fazeremos parte daquele evento. Eu coloquei um *blazer* bem confortável, pois fazia frio. Enfeitei minha cabeça com um belo cocar que havia trazido de minha aldeia dias antes. Aproveitei que os parentes Guarani estavam todos pintados com sua marca tradicional e fiz em mim uma pintura característica de meu povo. Assim me apresentei. A cerimônia correu uma maravilha e todos estávamos

relativamente contentes com o desfecho. A hora era de comemoração pela conquista alcançada. E foi aí que aconteceu uma cena muito surreal, coisa que se contam a gente não acredita. Vou contar, pois a vivi. Olívio Jekupé, escritor Guarani, e eu nos postamos de pé para observar o movimento, que naquela hora estava bastante frenético. No palco do evento, algumas atrações se revezavam mostrando a diversidade de manifestações culturais. Eram grupos do movimento negro, de culturas populares, ciganos, entre outros. Ficamos ali, meio encolhidos, e por conta do frio, cruzei meus braços numa pose à touro sentado. Fiquei assim imperturbável por alguns minutos até que me dei conta de que à minha frente estava postada uma senhora que me observava com cara de quem não estava entendendo nada. Ela me olhava como se mirasse uma escultura grega de carne e osso. Quando dei por mim e percebi a situação, fiz uma cara bem sisuda, minha melhor cara de mau, e a fitei. Ela levou tamanho susto que deu um passo para trás. Depois foi se achegando, até que criou coragem para falar.

– Você fala a minha língua?

Não estranhei a pergunta. Afinal, neste trabalho que desenvolvo há muitos anos, aprendi a não estranhar nada, especialmente quando a pergunta é feita por crianças. Mas nesse caso balancei. E resolvi não responder. Pior que isso: ignorei como se não fosse comigo. Permaneci ali, de pé e com os braços cruzados exercitando minha fama de mau. A senhora continuava postada à minha frente. Não arredou o pé e também não demorou muito para que meus amigos

que estavam por perto se aproximassem ainda mais para ver o desenrolar da cena. Alguns já até riam tentando adivinhar o desfecho. De repente, a senhora – que não devia ter mais de um metro e meio de altura e tinha cabelos vermelhos – voltou ao “ataque”, falando um pouco mais alto, mais lentamente e acompanhada de mímica.

– Você fala a minha língua?

Tive de fazer um esforço danado para não soltar uma sonora gargalhada. A cena era muito cômica e os parentes indígenas já não se aguentavam mais. Mesmo Olívio – que sabia o que eu estava pretendendo – não interferiu e deixou rolar. Para variar, fiquei imóvel diante da pequena senhora, que continuava sem acreditar que estava diante de um “selvagem” que nem sequer sabia se articular em português. Mas ela precisava tirar a prova dos nove.

– Você “falar” [gestos, mímicas, trejeitos bocais] minha língua?

A essa altura, ninguém mais se aguentava. Nem sequer acreditavam naquilo que estava acontecendo. Vendo que não conseguia arrancar de mim uma única palavra em português, a nobre senhora apenas virou-se para o Olívio Jekupé e disse:

– Acho que ele não ouve direito.

E foi embora sem esperar nenhuma explicação.

AS LÍNGUAS DOS POVOS INDÍGENAS

Que tal comer uma canjica acompanhada de uma boa tapioca e de guaraná?

Que tal um bom suco de abacaxi ou pitanga? Chupar uma deliciosa jabuticaba?

Subir no pé de ibirapitanga para fugir da jaguatirica é necessário. Depois nadar no rio Paranapanema e nele pescar um belo tucunaré para comer com mandioca assada. Se não gosta desse peixe, podemos comer um pacu ou jaraqui, ou ainda um pirarucu.

Isso tudo podemos fazer num passeio para Guaratinguetá, Taubaté ou Jaguariúna. Podemos ir para a praia, se preferir. Que tal Ubatuba, Caraguatatuba ou Camboriú?

Podemos chamar a Jacira, a Araci, o Jurandir, a Tainá. Ajuricaba vai gostar de ir também, especialmente se convidarmos o Peri e o Taiguara. As meninas Iracema, Juçara e Jurema vão ficar mais felizes se levarmos o Cauê, o Cauã e o Guaraci.

Seria bom se pudéssemos ir pelo rio Tietê até o Paraná ou até Maringá. Na volta a gente chama os cariocas para uma partida de futebol no Maracanã, um passeio em Ipanema ou até Niterói. Quem tiver um curumim ou uma cunhantã poderá levar também. Assim a gente pode brincar de peteca e na orla tomar um sorvete de açaí ou cupuaçu ou ainda comer uma pipoca com amendoim.

Viram quantas palavras indígenas a gente fala no nosso português brasileiro? E aqui não está nem a metade delas.

Nossa língua, o português brasileiro, é formada pela sonoridade das muitas línguas originárias. E olha que não são poucas ainda faladas nos dias atuais.

E não pensem que elas são da mesma origem, porque não são. No século XVI eram faladas mais de mil línguas diferentes. 274 ainda são conhecidas hoje em dia. E elas não são iguais. Tem povo que não entende a língua do outro povo porque pertence a outro tronco linguístico.

Pode parecer difícil, mas é bem fácil entender. Veja bem: existem três grandes troncos linguísticos que abarcam a maioria das línguas indígenas faladas no Brasil. Imagine três grandes árvores cheias de galhos. Cada árvore representa um tronco, e os galhos, as línguas. Em cada árvore os galhos conversam entre si porque estão próximos uns dos outros. Portanto, dão frutos parecidos, embora não sejam iguais.

Uma árvore é o tronco Tupi. A segunda é o tronco Macro-Jê e a terceira, o Aruak. Por serem árvores diferentes, os galhos não conversam entre si. O que os une hoje é a língua portuguesa, que recebeu e recebe a influência de todas elas. Há também línguas que não pertencem a nenhuma dessas árvores e por isso são chamadas de línguas isoladas.

Então, sabe aquela ideia ou mito de que no Brasil só existe o português? Ou o mito de que todos os “índios” são iguais? Isso tudo é desmentido quando descobrimos nossa diversidade linguística, quando começamos a perceber que há muitas formas diferentes de sermos humanos, e isso passa pelo conhecimento e pela descoberta de que ser brasileiro é possuir uma identidade linguística que vai muito além do que sempre nos foi ensinado.

Pense nisso. Pense bem.

10

MINHA VÓ FOI PEGA A LAÇO



Pode parecer estranho, mas já ouvi tantas vezes essa afirmação que já até me acostumei. Em quase todos os lugares aonde chego alguém vem logo afirmando isso. É como uma senha para se aproximar de mim ou tentar criar um elo de comunicação comigo. Quase sempre fico sem ter o que dizer à pessoa que chega dessa maneira. É que eu acho bem estranho que alguém use esse recurso de forma consciente acreditando que é algo digno ter uma avó que foi pega a laço por quem quer que seja.

– Você sabia que eu também tenho um pezinho na aldeia? – ele diz.

– Todo brasileiro legítimo, tirando os que são filhos de pais estrangeiros que moram no Brasil, tem um pé na aldeia e outro na senzala – eu digo, brincando.

– Eu tenho sangue índio na minha veia porque meu pai conta que sua mãe, minha avó, era uma “bugre” legítima – ele diz, tentando me causar reação.

– Verdade? – ironizo, para descontraír.

– Ele diz que meu avô era um desbravador do sertão e que um dia topou com uma “tribo” selvagem lá por Goiás.

– Eita. Que história interessante – falo, arregalando os olhos.

– Pois é. Meu pai disse que meu avô contou que minha avó era muito linda e que olhou bem nos seus olhos antes de correr. Meu avô ficou enfeitiçado por ela. Imediatamente, ele tirou o laço do lombo do cavalo em que estava montado e a laçou.

– Que incrível – digo.

– Ela, no começo, esperneou, gritou, chamou pelos outros “índios”, mas ninguém voltou, e meu avô a levou para casa e com ela teve nove filhos.

– Uau!

– Meu avô contou para meu pai que vovó era baixinha, tinha cabelos longos bem pretinhos e olhos puxadinhos. Ela ficava horas sentada na frente de casa penteando os cabelos e com os olhos perdidos no horizonte.

– Ela devia estar cantando a saudade de sua casa – disse, para quebrar o clima sombrio.

– Meu avô dizia que ela ficou a vida inteira aguardando que sua “tribo” viesse resgatá-la. Nunca ninguém apareceu. Ela, no entanto, foi muito feliz ao lado do meu avô.

Minha atenção se fixou nessa última frase, enquanto meu novo amigo se despedia dizendo que tinha sido um prazer me conhecer. Cumprimenta-me, olha-me de cima a baixo, vira as costas e vai embora.

Apesar de ser comum essa situação, nunca deixo de pensar nela. Acho esquisito quando alguém se orgulha de ter tido uma avó que foi escravizada por um homem que a usou durante toda uma vida e a obrigou a gestar filhos que provavelmente não queria. Penso que a maioria das pessoas não se dá conta de que essa narrativa é repetida tantas vezes e de forma poética para esconder uma dor que deveria morar dentro de todos os brasileiros: somos uma nação parida à força. Foi assim com os primeiros indígenas, forçados a receber uma gente que se impôs pela crueldade e pela ambição; uma gente que tinha olhares lascivos contra os corpos nus – e sagrados – das mulheres nativas. Foi assim com os negros trazidos acorrentados nos porões de navios para serem escravos de pessoas que se sentiam superiores apenas por conta da cor de sua pele; as mulheres eram usadas como domésticas e como amantes, gerando “brasileiros” que eram desqualificados porque cresciam sem pai.

O Brasil foi “inventado” a partir das dores de suas mulheres e é importante não esquecermos essa história para podermos olhar de frente para nosso passado

e aprendermos com ele. O Brasil precisa se reconciliar com sua história; aceitar que foi “construído” sobre um cemitério. Apenas dessa forma saberemos lidar com criatividade sobre a verdadeira história de como “minha avó foi pega a laço”.



11

SE VOCÊ É O ÍNDIO, ENTÃO NÃO TENHO MEDO



Um dia fui a uma escola particular na cidade de São Paulo. Não que eu não faça isso sempre, mas o que vou contar foi, mesmo, impressionante. Isso aconteceu já faz algum tempo e fico bem feliz que essa realidade já tenha mudado um pouco. Pena que foi apenas um pouco.

Foi assim:

Uma professora de alunos do Fundamental I me convidou para fazer uma pequena palestra para seus alunos que estavam estudando o “índio”. Ela queria que eu fosse lá para fazer uma vivência com as crianças

e assim elas pudessem ter contato com “um índio puro”.
Vai vendo...

Vale a pena lembrar que quando iniciei minhas ações de difusão da cultura indígena eu era professor de alunos do Ensino Médio. Graduado em Filosofia, minha experiência era basicamente com adolescentes com quem eu tinha uma proximidade muito bacana e jovial. Afinal, eu também era ainda bastante jovem e isso me dava certa tranquilidade. Acontece, no entanto, que ensinar filosofia significava também trazer a esses jovens um pouco dos mitos gregos e toda a complexidade que isso implica. Eles gostavam, mas não gostavam. Achavam que eram coisas muito distantes deles, e foi por isso que tomei a iniciativa de contar os mitos que ouvira da boca do meu povo. Foi uma descoberta maravilhosa! Meus jovens alunos vibravam com cada história que eu contava. Assim, me descobri um contador de histórias e passei a fazer isso de maneira mais constante, inclusive para crianças de outras unidades escolares. Ali nascia o contador de histórias que acabei me tornando.

Bem, voltemos ao caso.

O convite recebido me mostrou que eu conversaria com crianças entre 8 e 12 anos de idade. Hoje, gosto de falar com alunos nessa fase. Naquele tempo, no entanto, eu não tinha tanta experiência, e por conta disso sentia uma certa aflição. Fui assim mesmo.

Peguei os objetos que sempre utilizava para contar histórias, coloquei-os na minha bolsa de palha – sucesso absoluto entre as professoras – e segui em direção à escola.

Tomei um metrô – todo mundo ficava olhando para mim como se eu fosse um ET – e segui meu caminho.

Ao chegar à porta da escola, a professora que me convidara já estava me aguardando, um tanto apreensiva.

– Professor Daniel, obrigada por sua visita à nossa escola. Tenho, porém, que dizer que não será possível permitir sua entrada hoje.

Fiquei espantado com aquela revelação. Quis saber o motivo.

– É que tem uma criança que está desesperada com sua presença. Ela não para de chorar.

Achei que aquilo poderia ser bom, afinal, eu havia ganhado uma fã apaixonada. Só que não. A professora continuou.

– Sempre que ela ouve a palavra “índio”, cai num choro convulsivo e isso tem preocupado a direção, que acha melhor o senhor vir em outro dia.

– O que vocês falaram para ela a meu respeito? – quis saber.

– A escola trabalha o conteúdo normalmente. Ninguém está entendendo o motivo pelo qual ela está desse jeito.

Perguntei a ela se poderia ver o material didático utilizado e, quando tomei contato com ele, entendi completamente o motivo que fazia com que a criança ficasse aturdida: eram textos que falavam sobre os indígenas do século XVI e que traziam imagens que mostravam

verdadeiros banquetes antropofágicos em que esses indígenas se alimentavam com partes humanas. Depois de folhear o material, eu o devolvi para a professora e disse a ela que ali estava o motivo do desespero da criança. Ela não entendeu direito.

– Imagine o que acontece na cabeça de uma criança ao se deparar com uma cena como essa apresentada no livro. Ela liga a palavra “índio” usada no material com a pessoa “índio” com a qual ela terá contato no dia de hoje. É mais que natural que imagine que “aquele índio” é o mesmo “desse índio” que virá à escola. Conclusão: o canibal está chegando, o canibal está chegando.

A professora riu de meu comentário, mas achou interessante. Eu disse a ela que colocasse a turma toda em prontidão para falar comigo e que, se a pequena quisesse vir, que viesse. Assim ela o fez.

Admito que a turma foi chegando e a expressão de todos era um pouco assustada, principalmente porque eu estava escondido ainda, estratégia que até hoje gosto de usar. A tal criança também veio, mas ficou escondida atrás das professoras, que formavam uma espécie de trincheira de segurança para ela.

No momento seguinte, a professora falou sobre minha presença sob os olhares curiosos de todos os que me buscavam. Fiz suspense. Fui entrando de mansinho portando minha bolsa de palha. Caminhei até o centro da sala sendo observado atentamente. Sentei-me na cadeira que estava à disposição. Mexi em alguns objetos que estavam dentro da bolsa, causando alguma curiosidade. O silêncio era

ensurdecedor. Ninguém soltava um suspiro. De repente, paro. Olho para minha pequena plateia e digo:

– Oiiiiiiii! Tudo bem?

A sala inteira se desarmou. Ouvi alguns comentários decepcionados.

– Noooooossa, ele fala nossa língua.

Eu fiquei na minha, só aguardando o burburinho passar. De repente, surge uma menina que grita do fundo da classe:

– Ah, se é você o índio, eu não tenho mais medo.

A gargalhada, seguida de aplausos, foi geral. Tudo se descontraíu e a atividade seguiu seu caminho.

Ah, qual é o segredo?

Na verdade, nenhum. Eu apenas estava vestido de camiseta e calça *jeans* e me apresentei como “uma pessoa normal”. Isso também quebra estereótipos!

12

CONVERTENDO ANTAS EM PEIXES



Vou contar uma história que aconteceu no século XVI. Quero dizer, alguém contou para alguém que disse que aconteceu naquele tempo. Vai saber se foi assim mesmo. O fato é que é uma anedota que vale ser lembrada para que possamos rir e, quem sabe, aprender.

Contam que, quando os jesuítas chegaram ao Brasil, eles tinham uma única missão: converter os Tupinambá. Converter significa transformar, mudar, cristianizar. Faziam isso como missão por acreditarem que assim

deviam proceder porque, afinal, aqueles “índios” não conheciam a verdadeira religião, eles diziam.

Acontece, no entanto, que eles nada sabiam sobre aquela cultura e muito menos sobre a língua falada por ela. Tentavam compreender observando os gestos ou incentivando as crianças a lhes ensinarem algumas palavras. Foi assim que eles aprenderam a falar o idioma nativo e a se comunicar com os Tupinambá.

Passado algum tempo e já tendo um domínio maior da língua, iniciaram o processo de ensinar a doutrina cristã lembrando para os nativos da terra – nome que davam aos Tupinambá à época – que era preciso que eles conhecessem o verdadeiro deus que estavam trazendo do outro lado do oceano. Contam que os originários os ouviam com muita atenção e piedade. Ou seja, acho que não estavam entendendo nada, mas fingiam que entendiam.

Quando os jesuítas intuíram que era hora de batizá-los, fizeram todos os preparativos, colocaram sobre eles uma manta branca e, no dia acertado, encaminharam-nos para o rio que corria perto da aldeia; então, no famoso gesto da imersão, repetiam o mantra da conversão:

– Eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

Em seguida, após emergir o batizando, encerravam o ritual, dizendo:

– Cunhambebe, a partir de hoje teu nome não mais será assim. Em nome da Igreja, tu serás João Maria. Esse será teu nome cristão, pelo qual serás conhecido.

E assim seguiu todo o ritual até o último dos novos cristãos ser apresentado à comunidade convertida.

Na tradição cristã, há um período que se chama Quaresma. Na ocasião, é proibido comer carne, porque se trata de um tempo de jejum, oração e penitência. Um bom cristão precisa observar isso para não correr o risco de cometer grave pecado.

Acontece, no entanto, que os Tupinambá eram admiradores de um bom churrasco assado. A base de sua alimentação era a carne de animais que costumavam caçar, inclusive para provar que eram valentes conhecedores das artes da caça. Dizer a eles que não podiam comer carne era o equivalente a dizer a um vegetariano que é proibido ou pecado comer alface. Eles não conseguiam entender aquela lógica. Então, criaram outra, seguindo o mesmo modelo a eles ensinado pelos jesuítas.

Um dia, Cunhambebe, que agora se chamava João Maria, chegou de uma caçada trazendo uma suculenta anta para ser preparada à moda Tupinambá. Estava eufórico e faminto. No entanto, tão logo chegou à aldeia, veio o padre, muito bravo, e o admoestou:

– Meu filho João Maria, tu sabes que é pecado comer carne nesta época do ano porque estamos passando por um momento de jejum e oração. Peço que deixes essa prática para uma outra ocasião e aceite a doutrina da Igreja.

João Maria, que na verdade era Cunhambebe, olhou bem seriamente para o sacerdote, colocou o animal morto nas costas e se encaminhou para o rio. Lá chegando,

tirou a roupa branca que estava vestindo, jogou-a sobre o animal abatido, mergulhou-o sob as águas e disse as palavras mágicas:

– Irmão anta, eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. De hoje em diante tu não serás mais uma anta, mas um peixe.

Dito isso, saiu das águas carregando um “peixe” às costas, com o qual preparou uma deliciosa peixada, que serviu a toda a comunidade.

O padre, que a tudo assistira estupefato, apenas balançava a cabeça negativamente, como a dizer:

– Eles não entenderam nada.

Digo eu:

– Eles entenderam tudo.

PARA REFLETIR

QUEM SÃO E ONDE ESTÃO OS POVOS INDÍGENAS

O Brasil é um país plurinacional, embora nós, brasileiros, não aprendamos isso. Nossa pátria é constituída de muitos povos diferentes que habitam nosso território há milhares de anos. Nossa própria constituição identitária traz em sua origem a ancestralidade oriunda das muitas culturas que habitaram e continuam habitando esta terra que veio a se chamar Brasil.

Muitos pesquisadores consideram a origem comum de todos os povos indígenas, muito embora haja controvérsias sobre isso. A ciência muito terá que caminhar até chegar a uma resposta definitiva sobre o tema.

O que se sabe, com alguma certeza, é que nossos pais vieram da Ásia e, atravessando o estreito de Bering, chegaram até as Américas, de onde se dispersaram. Também se sabe que, no século XVI, esses grupos formavam um contingente de aproximadamente 1100 povos distintos habitando nossa *terra brasilis*. 900 línguas eram faladas por aqui. E toda essa diversidade cultural e linguística recebeu os primeiros europeus que atracaram nesta terra.

Naquela época, essas gentes não conheciam fronteiras e por isso guerreavam entre si em busca de novos territórios e domínio cultural. Todos, no entanto, traziam consigo uma sabedoria milenar que os mantinha conectados com a natureza e seus seres visíveis e invisíveis. Eram grupos que tinham crenças e, a partir delas, desenvolveram sistemas sociais, políticos, econômicos, educativos e culturais que lhes permitiram sobreviver, atravessar os séculos e chegar aos nossos dias.

Hoje já não são tantos quanto antes. Muitos foram dizimados ao longo da história, mas os que sobreviveram estão presentes em todos os estados brasileiros. Ainda somos 305 povos em contato com as nossas tradições. Alguns de nós já estão tão envolvidos com a sociedade nacional que não trazem na pele as marcas de outrora; outros conseguem manter parte de seus territórios e culturas; alguns outros tentam compreender

o que significa esta aldeia global. Felizmente, há aqueles que ainda nem estabeleceram contato com a dita civilização de refugiados e estão no coração da floresta. Somos, portanto, muitos. Somos diversos. Versos compostos por diferentes escritas. Cantantes que somos de diferentes melodias, diversas batidas de pés, de mãos, de cantares.

Às vezes, somos invisíveis pela magia da existência. Outras vezes, somos invisibilizados pela ganância de alguns, pela cegueira de outros, pela maldade de certos olhares treinados para nos manter longe da história.

Saibam, no entanto, que estamos presentes na história de hoje como antes nossos antepassados também estavam. Somos seus contemporâneos, partes importantes da história do Brasil. Estamos em cada estado da Federação, em muitos municípios e localidades. Por conta das perseguições e guerras de extermínio, estamos nos grandes centros urbanos e na zona rural. Estamos ali, onde o verde é mais verde, onde as águas são mais claras, onde a riqueza é mineral, onde o ar é mais puro. Somos guardiões do patrimônio natural brasileiro para que todos – você e nós – possamos nos orgulhar de pertencer a esta terra chamada Brasil.

Mas é certo que Somos. E Seremos. Sempre.

Pense nisso. Pense bem.

13

JAPONÊS, CHILENO OU ÍNDIO?



O brasileiro adora dizer que tem sangue indígena. Pelo menos o brasileiro comum. Isso ocorre porque nossa identidade nacional passa pelo aprendizado que nos diz que somos uma nação híbrida, mestiça, encontro de diferentes povos e culturas. Europeus, africanos e indígenas formam a base de nossa nacionalidade, e isso é verdade.

No entanto, as coisas não são tão positivas quanto parecem. Há uma mística no meio disso que, às vezes, beira o ridículo. É que, na verdade, nossa mistura nem sempre é considerada uma grande vantagem. Isso acontece porque

aprendemos, desde criança, a não gostar do nosso passado. A história que nos é contada foi toda “montada” pelos colonizadores de sangue europeu. Por isso, aprendemos que eles são os heróis fundadores da nação brasileira. Só que não, né?

Por outro lado, aprendemos a não gostar do nosso passado. Nos ensinam que os indígenas e os negros são, na verdade, um grande atraso para nosso desenvolvimento como nação. Daí aprendemos a não gostar nem de um nem de outro. Apenas valorizamos nosso lado “evoluído”. Ou seja, supervalorizamos o europeu que há na nossa formação nacional e desvalorizamos a contribuição que os outros povos deram a ela.

Querem ver um exemplo?

Sempre que participo de eventos, fico exposto a perguntas ou interação das pessoas. Não é incomum alguém chegar perto de mim e querer virar “meu amigo”. Como sou muito educado – modéstia à parte –, costumo interagir com elas, deixando que falem à vontade. Alguns diálogos se repetem e um deles é, quase sempre, assim:

– Olá, tudo bem? Arigatô! Você parece japonês. Seu olho puxado é de japonês mesmo. Por acaso você é amigo do Tanaka? Ele é muito engraçado e se parece muito com você. Você sabe quem é?

Faço um gesto negativo com a cabeça e mantenho minha pose de homem mau.

– Se você não é japonês, então só pode ser chileno, né? *Usted habla mi lengua?* Aprendi um pouco com um amigo que é boliviano e fala espanhol. Nossa, olhando assim de pertinho você se parece muito com meu amigo.

Ele fica um pouco decepcionado quando digo que não sou chileno nem boliviano. Evito responder em espanhol à pergunta dele. Ele prossegue.

– Puxa, se você não é japonês, embora tenha olho puxado; se não é chileno, embora seja igualzinho a ele; então você só pode ser índio, né não?

Finalmente dou atenção ao interlocutor.

– Cara, sabe que eu também sou índio? Minha vó foi pega a laço. Meus pais contam que ela era índia legítima e que foi laçada e levada pelo meu avô, que era um fazendeiro alemão. Eu não puxei muito para ela, não, mas os outros meus irmãos são assim como você: cabelo liso, olho puxado, baixinho e carrancudo. Brincadeirinha. É que minha mãe dizia que minha avó era muito carrancuda. Isso ela puxou dos índios. De certa forma somos parentes, né? Legal isso. Queria tanto que os índios tivessem seus direitos respeitados. Afinal, eles são os legítimos donos do Brasil. Nós é que invadimos a terra deles, né? Foi muito bom te conhecer.

Depois dessa enxurrada de palavras eivadas de estereótipos, meu interlocutor se despede com uma batida em meu ombro, um sorriso amarelo e com toda a ignorância com que me encontrou. Tudo continua do mesmo jeito!

Querem pensar um pouco? Por que será que ele parte do japonês, vai pelo latino e só em seguida é que ele se refere aos indígenas brasileiros? Será que aí tem uma gradação entre as pessoas?

Dá para rir, mas também dá para chorar.

14

MACHISMO INDÍGENA?



Outra pergunta muito comum de se ouvir diz respeito ao machismo indígena. As pessoas insistem em questionar sobre esse tema. Normalmente, começa assim:

- Quando eu era criança, queria ter nascido índio.
- Uai, por quê?
- A vida do índio é muito tranquila. Lá eles respiram ar puro e não são obrigados a cumprir horário. Isso sim é que é vida!
- Você realmente acha que é assim?
- Sei lá. É isso que a gente vê na televisão ou nos livros da escola. Mas tem outra coisa que eu também gosto bastante.

– O quê? – pergunto.

– Os homens de lá podem ter um monte de mulher. É poligamia que chama, né?

Permaneço por um segundo em silêncio antes de articular alguma resposta. Depois retomo a palavra para explicar que não é bem assim que os sinos tocam.

O que normalmente as pessoas não se dão conta é que os povos indígenas se organizam de maneira diferente. Por esse motivo, não conseguem distanciar os conceitos, os preconceitos, as imagens e as palavras. Ou seja, pensam as sociedades indígenas utilizando os mesmos paradigmas usados pela ciência ocidental. A consequência disso é imaginar que o que acontece nas grandes cidades acontece nas comunidades originárias.

As populações indígenas não se organizam usando o mesmo modelo ocidental. Como normalmente são sociedades pequenas, com pouca gente, e estão quase sempre em contato com os perigos inerentes à vida na floresta, articulam sua vida social a partir das necessidades que vão surgindo. Dessa maneira, quando a população está equilibrada com número certo de pessoas dos dois sexos, a vida é organizada de maneira monogâmica. Ou seja, cada qual com seu cada qual. Mas o contrário pode acontecer também. Caso a sociedade esteja desequilibrada, ela pode recorrer a outro expediente moral: onde há mais homens disponíveis, as mulheres podem ter mais de um marido; onde há mais mulheres, os homens podem ter mais de uma esposa. Isso tudo, no entanto, é organizado conforme as necessidades. Assim sendo, fica claro que as

culturas indígenas são dinâmicas e estão sempre atentas a essas mudanças que ocorrem ao longo de sua história.

Voltando ao machismo.

Usar para as relações indígenas a palavra com que se descreve uma relação desigual praticada nas cidades, em que os homens são educados para mandar, impor, violentar, abusar de mulheres por considerá-las inferiores, é desconhecer a estrutura particular de uma sociedade cujos papéis individuais são cumpridos para o bom andamento da própria comunidade. Acho bom que você não caia nessa esparrela, né? As culturas se diferem e as relações são construídas a partir das necessidades existenciais, físicas, morais e espirituais de cada povo.

Significa que lá não tenha briga, ciúmes, discussões? Significa que as relações humanas lá sejam paradisíacas? Que todo mundo lá viva em perfeita harmonia? Claro que não. Não se esqueça: onde tem gente, tem briga. Lá também “o bicho pega”. A diferença é como se resolve isso. Como são sociedades pequenas, o sentido de justiça é outro.

O machismo é covarde, porque, entre outras coisas, usa de violência para submeter aquele que é taxado como mais fraco, no caso, as mulheres. Entre os indígenas, as mulheres não são consideradas sexo frágil.

Ah, infelizmente hoje há homens indígenas – muitas vezes incentivados pela cultura dominante – que estão aprendendo a ser machistas. Em contrapartida, as mulheres estão aprendendo a denunciá-los quando isso acontece.

15

ÍNDIO QUER APITO OU QUER DIREITOS?



“Ê, Ê, Ê... ÍNDIO QUER APITO, SE NÃO DER, PAU VAI COMER” (MARCHINHA CARNAVALESCA)

Foi em 1988 que os povos indígenas se alçaram à categoria de cidadãos plenos. Antes disso, eram considerados relativamente incapazes. Ou seja, eram classificados como menores de idade e precisavam de um tutor para garantir sua sobrevivência física e cultural. Esse tutor existia na figura do Estado brasileiro, que deveria desenvolver políticas públicas para a proteção desses povos.

Não preciso nem dizer que tudo acontecia de acordo com os interesses políticos que estavam por trás das ações públicas.

O Estado tinha um propósito, que era integrar os indígenas à sociedade, e isso passava pela obrigação de fazer com que as crianças passassem pela escola formal para aprender a “ser gente de verdade”. Isso perdurou até 1988.

Nesse ano aconteceu a aprovação da nova Constituição Brasileira, que estabeleceu uma novidade: os indígenas não precisavam mais deixar de ser indígenas para ser brasileiros. A Constituição entendeu que os povos originários já eram brasileiros legítimos e que nenhum outro tratamento deveria ser dado a eles que não fosse baseado no respeito por aquilo que representavam. Foi ali que nasceram os direitos indígenas.

Fique claro que esses direitos não foram dados “de graça” pelo Estado, mas são fruto de uma disputa que durou muitos anos. São, portanto, uma conquista.

Hoje em dia, os povos indígenas são e precisam ser considerados e tratados como brasileiros plenos, tendo direito aos serviços básicos, e também tendo alguns outros benefícios por conta das condições necessárias para a manutenção de sua cultura tradicional. Direito à terra, direito à educação diferenciada; direito a tratamento de saúde diferenciado, entre outros: tudo isso é importante para que essas populações sintam que são respeitadas por todos os demais brasileiros. Fique claro: não se trata de privilégios, mas de direitos conquistados por meio de muitas lutas.

DIREITOS INDÍGENAS

Você sabia que, até 1988, os povos indígenas brasileiros eram considerados relativamente incapazes de acordo com o Código Civil? Isso os tornava menores de idade, sendo necessária a existência de um órgão tutor que pudesse responder por eles nos tribunais ou diante da sociedade.

Essa situação vinha sendo mantida assim porque se acreditava que as pessoas pertencentes a um povo originário não compreendiam as regras propostas no referido código, o que as tornava não civilizadas. Ou seja, eram selvagens. As políticas públicas para essas pessoas e povos eram realizadas com o único intuito de civilizá-los. Ou seja, torná-los brasileiros, cidadãos conscientes e com direitos iguais aos dos brasileiros comuns.

Essa visão chegou até nós atravessando muitos séculos. Antes do século XX e do advento da República, o Estado brasileiro combatia, perseguia, escravizava e excluía essas populações. O positivismo casado com a República mudou vertiginosamente esse cenário, criando uma nova política de atendimento que não era mais a da perseguição, mas a da ideia da progressiva entrada voluntária ao mundo da civilização. Ao tomar consciência de si, os indígenas “evoluiriam” e passariam a desejar participar do mundo do branco.

Esse foi o desejo do marechal Rondon quando criou o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que sobreviveu entre 1910 e 1967.

Nesse ano, os militares, almejando tornar o Brasil um país do futuro, resolveram apressar o tempo e criaram a Fundação Nacional do Índio (Funai), que teria como função principal integrar o “índio” à sociedade brasileira (acho que temos ouvido muito falar essas coisas ainda hoje!). A ideia agora era forçar a cidadania indígena a abrir mão de sua condição étnica para adentrar na nova sociedade. Nessa época, início dos anos 1970, as palavras de ordem eram desenvolvimento, integração nacional, grandes projetos de construção civil e formação técnica para todos os brasileiros (ou para quem ainda viria a se tornar um).

Foi nessa época também que começaram as primeiras movimentações para o que viria a ser a resistência indígena de forma mais política e organizada. Foi uma época de enfrentamento com o Estado repressor, tornando as lideranças indígenas alvo de perseguições e assassinatos. Mas também foi um momento em que o movimento indígena arrebanhou a sociedade civil organizada em torno de um propósito que culminou na abertura política e na promulgação da nova Constituição, em que, pela primeira vez na história, os indígenas tiveram seus direitos inscritos. Nela está assegurada a condição de indígena para o indígena. Nela está dito que o indígena não precisará mais deixar de ser indígena para ser brasileiro. Uma condição não invalidaria a outra, como antes defendido.

Os direitos indígenas foram conquistados. Não foram um presente oferecido pelo Estado brasileiro. Foram fruto de muita luta, muita reivindicação, muita mobilização. Foram, portanto, direitos adquiridos.

Ter o direito de assinar como indígena, organizar-se institucionalmente sem precisar da tutela de ninguém, ter uma educação que leve em conta os processos educativos próprios, ter garantido o atendimento médico de acordo com os métodos próprios de cura e, especialmente, ter direito à terra por anterioridade.

Os indígenas têm, hoje, o direito de ser brasileiros sem deixar de ser indígenas. Cidadãos plenos. É o que somos.

Pense nisso. Pense bem.



MODERNA

16

“SE DEUS QUISER,
UM DIA EU QUERO
SER ÍNDIO...”



Assim começa uma música de Rita Lee que fez muito sucesso no início dos anos 1980. Imagino que a maioria dos leitores deste texto nem sequer imagina como eram aqueles tempos. Para a população indígena, não era nada fácil.

É importante explicar que existia – e ainda existe – no imaginário do brasileiro um modelo – que podemos chamar também de estereótipo – que estava sempre na moda quando alguém se referia às populações originárias: a ideia de que elas estavam no passado e que viviam num paraíso terrestre. Isso, no entanto, não era bom para o Brasil,

dizia-se. Porque, para serem consideradas “civilizadas”, as pessoas nascidas em grupos tradicionais indígenas deveriam ser “integradas” à sociedade brasileira. A imagem era tão forte que as pessoas desejavam nascer dentro do que elas chamavam de “tribo de índio”. Isso era sinônimo de harmonia com a natureza, distância dos problemas das grandes cidades. Enquanto o governo brasileiro queria “integrá-los” para que virassem cidadãos, os cidadãos desejavam ter nascido “índios” para se sentirem próximos da natureza e, portanto, de sua própria alma ancestral.

Seria cômico se não fosse trágico, como se diz. É que, enquanto se cantava esse estrondoso sucesso, tema de telenovela de grande sucesso à época, as populações indígenas estavam sendo perseguidas, escravizadas, desenraizadas de seus territórios para dar lugar aos grandes projetos desenvolvimentistas da época. Enquanto as pessoas sorriam cantando a ingenuidade da vida indígena, os poderosos entregavam a riqueza nacional para o Fundo Monetário Internacional (FMI), atolando o país em dívidas astronômicas que perduraram até pouco tempo atrás e que obrigavam nosso país a desembolsar verdadeiras fortunas para pagar apenas os juros das tais dívidas externas.

Claro que não estou culpando a Rita Lee nem ninguém por isso. Mas é um dado histórico que não pode ser esquecido. O jeito de chamar o outro usando adjetivos que o desqualificam é uma forma de ludibriar as pessoas, fazendo-as crer que o melhor para o país é mantê-las

presas ao passado memorial. Esse tem sido o único lugar que os indígenas têm recebido desde muito tempo atrás e que continua alimentando o imaginário dos brasileiros. Isso não é nada bom, porque esconde de toda a população uma presença que sempre fez muito pelo país, mas, como é considerada “primitiva”, acaba sendo excluída ou colocada apenas nos rodapés de nossa história. Ainda dá tempo de mudar. Oferecer textos críticos que nos permitam pensar outras narrativas é um começo para alimentarmos respeito uns para com os outros. É isso aí.

PARA REFLETIR

TERRA E TERRITÓRIO

No começo, somente os indígenas viviam nestas terras. Eles eram os donos das matas, dos rios, dos campos. Cada povo era diferente do outro povo. Uns moravam na mata, outros, na beira do rio, na beira do mar ou nos campos, cerrados ou montanhas.

Esses povos conheciam todos os caminhos: por terra ou por água. Nesses caminhos, caçavam, pescavam, plantavam, colhiam frutas das mais diversas espécies, criavam seus ritos e mitos, narrativas que contavam a criação de cada ser.

Embora muitos fossem nômades e mudassem de lugar, respeitavam o tempo da natureza, numa espécie de simbiose com

o Universo. Terra era um ser vivo que com esses povos compartilhava o tempo e o espaço numa convivência pacífica e ordeira. Ali não havia proprietários ou donos, mas um coletivo que se alimentava dos bens que a própria natureza lhes oferecia: comida, bebida, remédios, materiais para suas moradias ou arte material, tintas para suas pinturas corporais e instrumentos para seus cantos, jogos e brinquedos.

Sua organização social, com os devidos papéis que cada pessoa exercia para o equilíbrio da comunidade, passava pela certeza de ter um território onde pudesse buscar os bens necessários para viver, sem, com isso, degradar o ambiente ou tirar dele além do necessário e urgente para a vida acontecer.

Tudo o que foi dito até aqui é para lembrar que a noção de territorialidade para um indígena é importante para que ele se sinta plenamente integrado ao lugar onde vive. Reduzir seu território a uma gleba de terra, a um espaço limitado por fronteiras, ou demarcá-lo deixando de fora o que considera sagrado, é arrancar dele o sentido de pertencimento a um lugar que lhe dá garantia de completude.

Falo isso para que você entenda que o conceito de terra e território é entendido de modo diferente pelos povos originários. Terra não é um pedaço de chão onde se pisa. É um território onde moram os sonhos alimentados pela memória. Portanto, não se trata de algo a ser demarcado simplesmente.

Também não se pode entender terra indígena como propriedade comercial. Pensar assim é justificar o tipo de afirmação de que é muita terra para pouco índio. Quem afirma isso não entende nada de cultura, de coletivo, de comunidade, de sociedade.

Terra para o indígena é a grande mãe que acolhe, que alimenta, que nutre, que ampara, que cura, que dá vida. Terra é vida. É mais que um objeto. É mais que um tesouro a ser explorado. É mais que latifúndio para a cultura pastoril ou do agronegócio. É mais que portadora de riqueza mineral ou vegetal. A terra está viva e ela guarda a memória de todos nós.

Pense nisso. Pense bem.



MODERNA

17

EQUÍVOCOS NOSSOS DE CADA DIA



Um dos equívocos mais comuns quando o tema são povos indígenas é considerar toda a diversidade cultural que ainda hoje existe como sinônimo de semelhança. Não é difícil encontrar alguém que, ao se deparar com um descendente dos primeiros povos, o identifique como índio. Para o que foi aprendido nos bancos escolares isso parece certo, pois lá nos foi dito que, ao chegar ao Brasil, Pedro Álvares Cabral pensou ter chegado às Índias, no Oriente. Na cabeça de quem escreveu a história desse primeiro contato pareceu que seria muito conveniente chamar

aqueles nativos – significado da palavra *indígena* – pela alcunha de “índios”. Assim passou para a posteridade.

Teria sido assim realmente? Cabral chegou a uma pacata aldeia de pessoas simples que entenderam ser ele e seus navegadores gente superior? Eram aquelas pessoas todas iguais? Entendiam-se mutuamente? Eram todos amigos e conviviam harmonicamente?

As respostas não podem ser simplificadas. Para cada uma das perguntas, outras tantas surgirão em seu encalço. A história que nos foi contada traz o ponto de vista do narrador. Hoje em dia, não podemos ficar apenas com pseudo-explicações apresentadas por um único narrador.

O que sabemos é que as esquadras que Cabral comandava saíram com a intenção clara de encontrar um caminho alternativo para as Índias, que àquela altura eram comandadas pelos turcos. O que está sendo revelado, no entanto, é que ele havia recebido ordens expressas de vir bisbilhotar a região que Colombo havia encontrado alguns anos antes e de onde corriam vozes da existência de muito, mas muito ouro. Era um verdadeiro eldorado dos contos fantásticos que circulavam pela Europa. Cabral não encontrou ouro algum. Encontrou uma gente relativamente pacata, vivendo uma vida relativamente pacata, sem pressa e sem medo. Era gente bonita, escreveu Caminha, o escrivão. Era bonita de ver, pois não escondiam as vergonhas. No entanto, ouro que era bom, nada. Cabral voltou para Portugal deixando por aqui alguns exploradores que acabaram “descobrimdo” outra forma de viver.

A terra era boa, disse Caminha, o escrevinhador. Tudo o que se plantar nasce. Ele recomendava que se fizesse

a colonização. Só que aqui não tinha ouro, tinha apenas o pau-brasil, cujo roubo foi devidamente providenciado por meio de trapaça sobre os “negros da terra”. Levaram muita madeira para tingir tecidos; papagaios para colorir e falar; alguns nativos para ser expostos ao público. Uma apropriação indevida de conhecimentos ancestrais.

A colonização chegou por aqui, e o que era para ser um convívio pacífico virou guerra, destruição, perseguição, escravidão, maus-tratos e catequese. Consequentemente, também veio a resistência e a descoberta de que aqui havia uma diversidade de povos e línguas; guerras internas entre diferentes povos; alianças entre grupos para combater os invasores que estavam se mostrando perversos, pois sequestravam mulheres e crianças sem dó nem piedade. Do mesmo jeito a repressão do Estado português retrucou, gerando leis e regimentos para disciplinar a população da *terra brasilis*, que agora pertencia à coroa portuguesa. Nisso, a alcunha “índio” foi sendo generalizada no uso cotidiano como uma forma de identificar os primeiros habitantes. Não era, naturalmente, palavra para exaltar virtudes, mas para lembrar o que consideravam deficiência, pois era cercada de adjetivos que diminuía o caráter das pessoas contra quem era usada. Assim, índio virou sinônimo de preguiçoso, mau-caráter, selvagem, sujo, malandro, cruel, atrasado, ignorante etc. E servia para todos igualmente, desde que fizesse parte de algum povo da terra.

A história contada pelos vencedores quase nunca menciona a manipulação que foi engendrada contra os

povos indígenas. Não conta que usaram as diferenças culturais para destruir a alma desses povos; não fala da estratégia utilizada para silenciar grupos inteiros que eram vitimados por doenças contraídas pelo uso de roupas contaminadas; nada diz sobre alimentos contaminados ou rios envenenados. Nos raros livros em que isso aparece, conta-se como superioridade, como esperteza.

De qualquer modo, a palavra chegou até o século XXI. Ela continua sendo um fantasma a assustar os nativos brasileiros. Ela continua vitimando muitos jovens indígenas que não conseguem superar a perda de sua identidade cultural. Ela ainda carrega consigo as marcas do sofrimento vivido por muitas gerações que sobreviveram à história dos vencedores. Ela continua sendo um equívoco que precisa ser extirpado da mentalidade nacional. Esse não é o único equívoco que trazemos em nossa cabeça, mas certamente é o mais nocivo, porque alimenta todos os outros. Ao conseguir se livrar desse modo genérico de referir-se aos povos indígenas, a sociedade brasileira dará um passo enorme na sua capacidade de conviver com a diferença.

Sei que tem gente que acha que a palavra “índio” é, na verdade, inocente e que acha até bonito referir-se assim a um indígena, pois valoriza a cultura. Digo a essa gente que a experimente na pele antes de confiar-lhe aura de inocência. Experimente o desprezo que ela carrega para poder sentir a necessidade do que estou propondo nestas reflexões. Podem ter certeza: ser “índio” custa muito caro para quem traz em si a marca de uma ancestralidade.

No fundo, se trata exatamente disso: compreender a diversidade que está escondida numa única palavra

que alimenta o imaginário do brasileiro. Compreender a riqueza de centenas de culturas que ajudam o Brasil a ser mais forte, mais rico, mais próspero. Compreender e aceitar que é preciso dar voz e vez às gentes que já estavam aqui presentes antes de o Brasil ser Brasil. Aqui não há índios, há indígenas; não há tribos, mas povos; não há UMA gente indígena, mas MUITAS gentes, muitas cores, muitos saberes e sabores. Cada povo precisa ser tratado com dignidade e cada pessoa que traz a marca de sua ancestralidade precisa ser respeitada em sua humanidade. Ninguém pode ser chamado de “índio”, mas precisa ser reconhecido por seu gene Munduruku, Kayapó, Yanomami, Xavante ou Xucuru-Kariri, entre tantos outros.



18

CIDADANIA PLENA – SOMOS CONTEMPORÂNEOS



Talvez um dos maiores equívocos ainda repetidos hoje em dia seja afirmar que os povos indígenas estão presos ao passado. Ainda há um bom grupo de pessoas que tende a repetir esse erro, como se fosse a coisa mais natural do mundo ser desinformado.

Algumas pessoas fazem questão de alimentar o estereótipo romântico, que por muito tempo satisfaz a ficção, de que existe um “índio de verdade” em contraposição a um que já não é tão original, porque não se veste mais com os trajés típicos de sua cultura. Aqueles que estão

na floresta, na mata, vivendo como antigamente, são de verdade. Os outros são oportunistas.

Não muito raro encontro pessoas que me olham de cima a baixo ao se deparar comigo na cidade. Notam que trago traços indígenas, mas já não caibo mais em sua visão estereotipada e romantizada. Talvez por isso estranhem quando afirmo que não sou o índio que eles gostariam que eu fosse.

Seria muito bom que os brasileiros não indígenas compreendessem que somos seres do presente. Que respeitamos o passado como memória, mas não somos escravos dele. Que não esquecemos nossos ancestrais, mas não precisamos nos trajar como eles para que isso aconteça. Seria muito positivo que a sociedade nos visse como contemporâneos e, conseqüentemente, reconhecesse que dividimos o mesmo tempo, somos vítimas das mesmas urgências, utilizamos os mesmos equipamentos, necessitamos dos mesmos cuidados e queremos desfrutar dos direitos que conquistamos.

Somos cidadãos plenos e temos todos os direitos a que fazemos jus. Sim, precisamos de dinheiro para ir ao supermercado; precisamos de recursos financeiros para tocar nossa vida; temos que ter automóveis, barcos e até aviões para agilizar os atendimentos, vigiar nossas terras ou simplesmente para nos divertirmos durante nosso tempo livre. Estamos no mercado de trabalho porque estudamos, nos formamos, nos profissionalizamos. Operamos com nossa cultura e fazemos nossos rituais, nossas festas tradicionais; cantamos nossas cantigas ancestrais

e dançamos em noites de festas. Ao mesmo tempo sabemos manipular os celulares, os instrumentos musicais, as câmeras filmadoras e fotográficas, a literatura e a internet. Fazemos isso porque somos seres do presente. Fazemos isso porque somos inteligentes. Fazemos isso porque atualizamos nossas culturas. Fazemos isso porque assim honramos a memória dos nossos antepassados. Fazemos isso porque, se não o fizermos, aí sim estaremos fadados ao desaparecimento.

Olhem para nós como somos e não como gostaríamos que fôssemos. Se hoje temos que viver nos centros urbanos ou utilizando os produtos manufaturados é porque somos consequência de uma história construída sobre o sofrimento, a dor, a perseguição e a escravização. No entanto, não queremos nos transformar em vítimas da história e desistir da vida. Viver o presente é a nossa forma de resistir. Não nos aceitar como partes da contemporaneidade, aí sim, é tentar nos vitimizar. É tentar nos colocar como coitados. É querer nos manter numa redoma.

Claro, há muitos povos indígenas que estão em diferentes processos de contato com a sociedade brasileira, e esses precisam ter garantidos seus direitos de continuar assim se o desejarem. Isso não implica não poderem ter acesso aos bens culturais ou materiais de outras sociedades.



AUTOR E OBRA

Daniel Munduruku é escritor indígena, graduado em Filosofia e possui licenciatura em História e Psicologia.

É doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

É autor de mais de cinquenta livros para crianças, jovens e educadores. É Comendador da Ordem do Mérito Cultural da Presidência da República desde 2008. Em 2013 recebeu a mesma honraria na categoria da Grã-Cruz, a mais importante honraria oficial a um cidadão brasileiro na área da cultura.

Também é diretor presidente do Instituto UKA – Casa dos Saberes Ancestrais e membro fundador da Academia de Letras de Lorena.

Recebeu diversos prêmios no Brasil e no exterior, entre eles o Prêmio Jabuti, Prêmio da

Academia Brasileira de Letras, o Prêmio Érico Vanucci Mendes (outorgado pelo CNPq) e o Prêmio Tolerância (outorgado pela UNESCO). Muitos de seus livros receberam o selo Altamente Recomendável outorgado pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ).

Em 2018, recebeu o Prêmio da Fundação Bunge pelo conjunto de sua obra e atuação cultural.

Atualmente reside em Lorena, interior de São Paulo.

UM LIVRO PARA DESENTORTAR O PENSAMENTO

Tom Nóbrega

O que você sabe sobre os povos indígenas, ou povos originários, que habitam o Brasil? Você já ouviu alguém manifestar estranhamento ao ver um membro de algum povo indígena usando celular, vestindo terno ou calça jeans? Será que você já notou que muita gente insiste em encarar os indígenas como seres do passado, apesar de esses povos viverem, como os demais membros da sociedade, no mundo contemporâneo? Estas *Crônicas indígenas para rir e refletir na escola* são uma ótima oportunidade para desconstruir, de forma bem-humorada, as ideias equivocadas que você possa de uma forma ou de outra ter absorvido a respeito desses povos.

Na abertura da obra, Daniel Munduruku afirma que “a cabeça dos brasileiros é repleta de estereótipos e de equívocos” no que diz respeito a esses povos, que habitam estas terras há milhares de anos. A maior parte dos brasileiros conhece muito pouco a respeito da imensa diversidade de línguas, conhecimentos e práticas das diferentes etnias que habitam o país. Por meio de suas crônicas, o autor compartilha conosco um pouco do seu apanhado de absurdos: narra situações anedóticas, a maior parte delas vivenciadas por ele mesmo, que trazem à tona ideias distorcidas que costumam surgir de forma bastante recorrente quando se fala dos povos originários.

Indígena ou índio? Palavras, estigmas e apelidos

Para começo de conversa, você sabe o que quer dizer *indígena*? Segundo o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, significa “aquele que é nativo ou originário da região que habita”. A definição “originário da região que habita” sugere que os povos indígenas descendem diretamente dos primeiros habitantes que viveram nessas terras, e que já estavam aqui há mais de onze mil anos, muito antes da chegada dos navios europeus. É por isso que Daniel Munduruku costuma dizer que a palavra *indígena* é mais apropriada para os povos originários no Brasil do que a palavra *índio*.

Índio é uma palavra que carrega consigo uma série de estereótipos: em uma das crônicas deste livro, Daniel conta que a primeira vez que escutou essa palavra foi no seu primeiro dia na escola, e seus colegas passaram a utilizá-la para referir-se a ele de maneira pejorativa. Talvez você já tenha sentido a sensação incômoda que é provocada quando alguém nos chama de uma palavra em que não nos reconhecemos. Munduruku explica que a palavra *índio* é uma espécie de *apelido* que atravessou a história com “uma força destruidora”. Um apelido, quando reproduzido e repetido em larga escala por muitas gerações, acaba se tornando um *estigma*, uma marca que sinaliza e reproduz um histórico de exclusão. “Aquela figura do desenho animado, com duas pinturas no rosto e uma pena na cabeça, que mora em uma oca em forma de triângulo”, como diz o autor em uma entrevista ao portal *BBC News Brasil*, em 19 de abril de 2019, está muito longe de corresponder à realidade.

Uma única palavra jamais seria capaz de dar conta da diversidade dos povos originários que vivem por aqui. Por isso, é muito importante que, lendo livros como este e buscando mais informações, você aprenda a chamar as etnias que aqui vivem pelo seu próprio nome. Daniel Munduruku narra uma série de situações em que ele e outros pensadores indígenas foram tratados de forma para lá de equivocada. Esperamos que essas narrativas acendam a sua curiosidade para pesquisar alguns dos mais de trezentos povos que vivem no território brasileiro.

Para além da língua oficial

Você sabia que, atualmente, há no Brasil mais de trezentos povos indígenas diferentes, que falam mais de 160 línguas? Antes da chegada dos portugueses, estima-se que o número de línguas faladas na região que hoje corresponde ao território brasileiro era próximo de mil. A língua de um povo é um dos seus maiores patrimônios: cada uma delas guarda uma maneira única de pensar e conceber o mundo. Entremeadas às crônicas deste livro, é possível encontrar, na seção *Para refletir*, mais informações em que o autor se aprofunda em alguns tópicos tratados nos textos, trazendo esclarecimentos importantes a respeito da linguagem, da ética e da história da trajetória dos povos originários.

Na seção *Para refletir* da página 44, por exemplo, Daniel Munduruku mostra como grande parte das palavras que utilizamos em nossa vida cotidiana e dos nomes dos lugares no Brasil tem origem nas línguas indígenas. Quando nos damos conta de que o português, apesar de ser a língua oficial, não é a única língua

falada por aqui, percebemos que esse território é habitado por maneiras diferentes de nomear e perceber o mundo. Cada língua nos permite vislumbrar a realidade que nos rodeia de forma única. Um país onde existem muitas línguas é um país onde existem muitos povos, cada qual com um conjunto de tradições e modos de vida: é por isso que dizemos *povos indígenas*, no plural, e não *povo indígena*, no singular.

Nomes, escolas, apagamentos e línguas

Daniel Munduruku tem muitos nomes: seu “nome de branco” é Daniel Monteiro Costa, mas seu nome sagrado, confirmado em sonhos pelo pajé da aldeia, é *Derpó*, nome de peixe. Munduruku, que quer dizer *formigas vermelhas*, não é simplesmente um sobrenome: é o nome pelo qual é conhecido o seu povo, que se distribui por diferentes regiões dos estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso. O território tradicional dos Munduruku fica nos campos do interior do alto do Rio Tapajós, na Região Norte do país – não por acaso, até o século XIX, essa área era conhecida como *Mundurukânia*. Ao decidir assinar suas obras como Daniel Munduruku, o escritor estabelece uma ponte entre mundos: o mundo da cidade, onde se situa a maior parte do público a quem o autor dirige seus escritos, e a tradição de seus ancestrais.

Daniel Munduruku nasceu em Belém, no Pará. Passou seus sete primeiros anos de vida na aldeia Maracanã, no interior do estado, e mudou-se para a capital para estudar em um colégio de padres salesianos. A partir de então, passou a retornar à aldeia apenas durante as férias escolares. “Essa era uma das estratégias

da Funai naquela época, tirar a gente do convívio com a comunidade, para não falar a língua indígena, não conviver com rituais”, conta o autor, na já citada entrevista para o portal *BBC News Brasil*. Nascido em 1964, Munduruku cresceu durante o período do regime militar, quando vigorava um discurso que defendia a integração dos povos indígenas à sociedade brasileira, não levando em conta suas especificidades e seu modo de vida. Essa suposta integração era, na verdade, uma forma de apagamento. Uma passagem da vida de Munduruku mostra como funcionava esse tipo de política. Na escola da aldeia em que ele estudou, os jovens indígenas eram proibidos de falar sua língua materna: o português era a única língua permitida. Você consegue imaginar como seria estudar em um lugar onde você fosse impedido de falar sua própria língua? “Uma violência tremenda, que nos fazia sentir excluídos”, comenta o autor a esse respeito, em entrevista à revista *Istoé*, em 7 de outubro de 2009.

Daniel Munduruku costuma se referir aos tempos de colégio como um período difícil e doloroso: “O *bullying* é uma forma de criar na gente uma repulsa pelo que somos”, diz. Em um momento em que, ainda menino, andava confuso e envergonhado por ser quem era, foi seu avô Apolinário, “cheio de diplomas nas coisas da floresta”, quem ensinou esse jovem inquieto a valorizar a sabedoria ancestral do seu povo.

Foi somente a partir da Constituição de 1988 que foi garantido aos povos originários o direito de permanecer no seu território e viver de acordo com a sua cultura – e, finalmente, de poder desfrutar de

uma educação diferenciada, oferecida na língua local, ensinada por professores indígenas. Tudo isso aconteceu não por benevolência política, mas como resultado de uma atuação vigorosa do movimento indígena junto ao Congresso Nacional.

Uma cena que se tornou muito conhecida foi o discurso do líder indígena Ailton Krenak na Assembleia Constituinte, no dia 4 de setembro de 1987, em Brasília. Naquele momento, estavam sendo discutidas as demandas de diferentes setores da sociedade brasileira, todos desejosos de ter seus interesses atendidos pela nova Constituição Brasileira. Ailton Krenak, ocupando a função de coordenador da Campanha dos Índios na Constituinte, apresentou-se aos deputados que formavam a Assembleia Constituinte para proferir seu discurso usando um terno branco.

Enquanto defendia com assertividade os direitos de seu povo, especialmente o direito à demarcação das terras que habitavam, Krenak pintava seu rosto com a tintura do jenipapo, de forma a sinalizar que os direitos dos povos indígenas não estavam recebendo a atenção que mereciam. A tintura do jenipapo é usada por povos indígenas brasileiros para a pintura corporal, e seu uso por Krenak tinha o significado de um momento de luto e de disposição para a luta pelos direitos indígenas.

O discurso de Ailton Krenak teve resultados práticos naquele momento. Deputados de todas as correntes ideológicas votaram a favor da inclusão de um capítulo específico sobre os direitos dos povos originários do país. Diz o artigo 231 da Constituição Brasileira:

“Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”

A inclusão desse artigo na Constituição Brasileira foi considerada uma vitória do movimento indígena naquele momento. No entanto, até hoje os povos indígenas enfrentam a discriminação por alguns setores da sociedade brasileira, que são hostis aos direitos adquiridos a duras custas pelos indígenas.

Literatura para além da escrita

“Eu não tinha muito a intenção de escrever e publicar. Eu tinha começado a contar histórias para crianças em escolas, e as crianças sempre me faziam as perguntas mais cabeludas possíveis”, conta Daniel Munduruku em uma entrevista para o *Ecoa UOL*, em 6 de agosto de 2020. Munduruku foi o primeiro autor indígena a escrever um livro para crianças não indígenas: *Histórias de índio*, publicado em 1996. O escritor tornou-se, ao lado de outros autores, como Graça Graúna, Eliane Potiguara e Kaká Werá, um dos pioneiros de uma cena que vai crescendo cada vez mais: a da literatura indígena contemporânea, que inclui ainda autores como Olivio Jekupé e Marcia Kambeba, além de pensadores que escrevem não ficção, como Ailton Krenak e Davi Kopenawa Yanomami.

As obras escritas por esses autores exploram a temática indígena por variados caminhos, mas em geral buscam apresentar um ponto de vista que, ao longo

da construção da história da literatura brasileira, não recebeu atenção: o ponto de vista dos próprios indígenas sobre sua história, suas culturas e as diferentes realidades que vivenciam. Alguns autores, como Ailton Krenak e Davi Kopenawa Yanomami, ao mesmo tempo que buscam defender seus povos e seu modo de vida, também insistem na necessidade de construção de uma nova consciência planetária – não só dos povos indígenas – orientada para a preservação do meio ambiente. Daniel Munduruku também tem obras voltadas a essa temática, mas, nestas *Crônicas indígenas para rir e refletir na escola*, o centro das atenções é a necessidade de reconstrução das representações dos povos indígenas pela sociedade brasileira em geral, que ainda se encontra apegada a representações herdadas do passado colonial brasileiro.

Ainda que a literatura indígena contemporânea brasileira seja fruto do fortalecimento do movimento indígena nos anos 1970, é preciso lembrar que a literatura indígena geral pode ser considerada muito mais antiga. Uma visão mais abrangente da literatura precisa ir além da literatura escrita: se pensarmos que essa arte pode abarcar narrativas orais, cantos, gestos, grafismos, danças e símbolos, então temos uma história muito mais vasta, abrangente e complexa. Desse ponto de vista, a literatura indígena é muito mais antiga do que aquela que costumamos chamar de *literatura brasileira*, que em geral começa a ser estudada a partir dos textos dos padres jesuítas. Os livros (esses objetos que o xamã Davi Kopenawa Yanomami chama *pele de imagens*) são, afinal, apenas algumas das coisas que

estão aí para serem lidas: os grandes professores de Daniel Munduruku, seu pai e seu avô, ensinaram-no a ler os sinais da floresta, adivinhar o percurso dos animais, escutar o silêncio dentro do próprio peito, compreender os murmúrios do rio.

Nos dias de hoje, os escritores indígenas afirmam a necessidade de registrar por meio da escrita a memória de seus contos tradicionalmente transmitidos por meio da oralidade, de geração a geração. A escrita, apesar de remeter ao universo do colonizador europeu, é vista por esses escritores como uma técnica que permite aos indígenas registrar sua própria história. Em relação a esse ponto, Daniel Munduruku defende a adoção da escrita – assim como de outras tecnologias, como os recursos audiovisuais – não só como um modo de apresentar o legado dos povos indígenas aos não indígenas, mas também como uma forma de ampliar, atualizar e fortalecer a transmissão da memória ancestral às novas gerações de jovens indígenas.

Reconhecer de onde se fala, multiplicar as vozes

Em seu texto de apresentação, Daniel Munduruku nos diz que, ao escrever este livro, “quis fazer um caminho como observador dos absurdos, especialmente no que diz respeito aos povos indígenas, meu lugar de fala”. Você já ouviu falar em *lugar de fala*? Esse é um termo que tem várias origens diferentes, refletindo as ideias de pensadores como Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Judith Butler, mas sua popularização no Brasil é devida ao livro *Lugar de fala*, da filósofa Djamila Ribeiro.

O conceito de *lugar de fala* nos lembra que, especialmente em uma sociedade tão desigual quanto a nossa, nenhum discurso é neutro: a decisão sobre o que falar, o que escrever e o que veicular em diferentes mídias é feita a partir de relações de poder e desigualdade. A noção de *lugar de fala* nos mostra que é preciso levar em conta não apenas *o que se diz*, mas *quem diz* e *em qual contexto*. Por muito tempo, no discurso veiculado nas escolas, na mídia e no discurso político no Brasil, os povos originários não puderam falar por si mesmos. Muito se escreveu *sobre* os povos indígenas: esses povos foram objeto de textos legislativos que delimitam fronteiras para suas terras e culturas, estratégias militares para construir estradas em seus territórios, e textos acadêmicos assinados por antropólogos brasileiros e estrangeiros. Foi só a partir da redemocratização do país que as lutas do movimento indígena se materializaram em políticas públicas que facilitariam o seu acesso às universidades e abriam espaço para que os indígenas passassem a contar suas próprias histórias, sem a mediação de escritores brancos.

A ideia de *lugar de fala* ressalta algo importante: em um mundo tão diverso, é preciso que haja uma multiplicidade de vozes no debate público. Quando ouvir algo a respeito dos povos indígenas, preste atenção em *quem* está falando, para não correr o risco de sair por aí propagando estereótipos descabidos.

Um texto que conversa com o tempo

Como o próprio título já diz, o livro que você tem em mãos é um livro de *crônicas*. A palavra *crônica* vem do termo grego *chronikos*, que remete à palavra *khronos*,

que significa “tempo”. O termo, que vem da Antiguidade, costumava ser usado para se referir aos relatos que narrram acontecimentos verídicos: naquele tempo, a função do cronista era muito parecida com a de um jornalista ou historiador dos nossos dias. Com o passar dos séculos, o uso dessa palavra foi se modificando, e hoje chamamos de *crônica* um texto curto, em prosa, que propõe ao leitor uma reflexão sobre as questões do tempo presente.

As crônicas contemporâneas costumam ser veiculadas em meios digitais e impressos, como revistas, jornais, portais de notícias e *blogs* pessoais, mas possuem elementos que as diferenciam muito das reportagens. Enquanto uma reportagem, em geral, propõe-se a narrar acontecimentos de maneira relativamente imparcial, comparando informações obtidas de diferentes pessoas e instituições, as crônicas podem apresentar elementos ficcionais e narrativos. São, quase sempre, textos mais pessoais, que costumam deixar bastante claro o ponto de vista do autor ou autora – por isso se diz que o gênero se situa no meio do caminho entre a literatura e o jornalismo. Nas crônicas, acontecimentos contemporâneos são observados a partir de um ponto de vista próprio, e podem ser abordados com ironia e humor.

Se você se lembrar daquilo que falamos na seção anterior a respeito de *lugar de fala*, pode concluir que o fato de a crônica revelar abertamente qual é o seu ponto de vista dá uma maior transparência a esse gênero textual em comparação com aqueles que se pretendem apenas informativos. Mesmo que uma reportagem

pretenda revelar *fatos* do modo mais objetivo possível, ela ainda assim será escrita a partir de um ponto de vista parcial: os fatos e as opiniões relevantes são selecionados pelo repórter e editados pelos editores do veículo jornalístico de acordo com a ótica desse ou daquele veículo de mídia. Quando lemos uma crônica, por outro lado, fica mais fácil saber *quem* está falando e *o que* essa pessoa pensa, *qual* é a sua visão de mundo. O autor dialoga mais diretamente com seus leitores, e nos convida a nos posicionar e refletir sobre aquilo que lemos.

Um adendo importante: se você for procurar na seção de crônicas da maioria dos jornais, revistas e portais de notícias da internet, descobrirá que é bastante raro encontrar algum texto escrito por autores ou autoras indígenas. Até pouco tempo atrás, as crônicas eram escritas sobretudo do ponto de vista de homens brancos: nos últimos tempos, as redações têm procurado diversificar as vozes, incluindo mais mulheres e pessoas negras, mas as vozes de membros dos povos originários são ainda bastante minoritárias. E isso faz diferença? Certamente, na medida em que outras vozes nos propõem formas diversas de olhar o mundo.

Em contraste com a lentidão com que os meios de comunicação mais conhecidos abrem espaço para essas vozes, os escritores indígenas contemporâneos utilizam amplamente os meios de publicação digital para criar sua própria mídia e divulgar sua visão de mundo, em ensaios, crônicas, poemas, publicações de antologias e estudos críticos. Esses autores

têm trabalhado intensamente para criar seus próprios espaços de interlocução com o público, produzindo canais digitais e reunindo-se em congressos em parceria com universidades em todo o Brasil. Se você fizer uma pesquisa na internet, encontrará os canais digitais de Daniel Munduruku, em que o autor fala sobre os mais diversos temas associados à cultura indígena e entrevista convidados.

De quem é que você está rindo?

Nas crônicas deste livro, Munduruku explora o humor e a ironia de forma bastante especial: ele pretende fazer com que seus leitores deem risada “daquilo que não sabem, mas acham que sabem”. Você já percebeu que a maior parte das piadas que escutamos se constrói a partir de estereótipos? Em boa parte da tradição do humor, aqueles que não se adequam a uma determinada concepção de normalidade são transformados em objeto de riso. Munduruku apresenta outro caminho: ele nos convida a rir de quem *reproduz* estereótipos, de quem fala daquilo que não conhece. Esse riso permeado de reflexão convida a questionar nossa concepção de realidade: somos chamados a rir, em primeiro lugar, de nós mesmos. É preciso que a gente esteja disposto a se desconstruir para aprender a de fato escutar, a respeitar os universos que existem para além daquilo que nos acostumamos a ver.

Estereótipos e generalizações estão longe de ser inofensivos: eles contribuem para o apagamento das diferenças, alimentam o racismo, invisibilizam sujeitos históricos e desqualificam modos de vida que de

alguma maneira se distinguem do modo hegemônico de existir, produzir e consumir. Os estereótipos sobre povos indígenas estão por toda parte: nos livros didáticos, na literatura, na mídia tradicional, nas redes sociais, no discurso dos políticos. É por isso que, ao final de muitos relatos, a ironia deixa também um gosto amargo: *seria cômico se não fosse trágico*, diz Munduruku. A ironia coloca um espinho no meio do risível: a escolha é a de rir para não chorar.

Reconhecer o não saber, desentortar o pensamento

Ao final de seu texto de apresentação, Daniel Munduruku comenta um dos textos fundamentais do pensamento ocidental, a Alegoria da Caverna, de Platão. Nos anos em que passou ministrando aulas de Filosofia para o Ensino Médio em um colégio paulistano, Munduruku se deu conta de que seus alunos pouco sabiam sobre os povos originários e estavam desconectados das florestas, dos rios e dos outros seres vivos. Quem vive na cidade muitas vezes acha que sabe muito, mas por vezes nem sequer tem repertório para reconhecer aquilo que não sabe: também a cidade pode se tornar uma espécie de caverna.

Munduruku escolhe nos contar a alegoria de Platão para nos lembrar como, ao contrário daquilo que muita gente pensa, aprender não é simplesmente acumular conhecimentos: é sobretudo desconstruir o que se acha que se sabe. Se a gente não estiver disposto a se desapegar das sombras daquilo que pensamos que conhecemos e questionar nossas certezas a fundo, dificilmente seremos capazes de enxergar algo

novo. Ao escrever estas crônicas, Munduruku se inspira em Sócrates, o “parteiro de ideias”: usa o humor para sacudir nossos pressupostos, provocar nossas ignorâncias, revelar o que não sabemos. O riso, aqui, assume uma dimensão filosófica, já que uma das funções fundamentais da Filosofia é gerar perguntas, questionar os chavões formulados pelo senso comum.

Tempo da cidade, tempo da aldeia

Uma das certezas que o autor nos convida a questionar é a lógica de produtividade do mundo em que vivemos. Em crônicas como *Índio é mesmo preguiçoso?*, Munduruku destaca a temporalidade dos povos indígenas, que é radicalmente diferente do tempo do Ocidente. Para desconstruir a associação preconceituosa entre os indígenas e a preguiça, o autor nos mostra como a raiz dessa incompreensão reside em um desencontro entre duas concepções divergentes de tempo. Enquanto no Ocidente *tempo é dinheiro*, e somos constantemente pressionados a ser cada vez mais velozes, guiados por uma lógica que privilegia a produtividade e o acúmulo, movendo-nos em uma estrada em linha reta em direção ao futuro, o pensamento indígena privilegia a capacidade de reconhecer aquilo que é de fato necessário, para que não seja preciso exaurir uns aos outros, nem esgotar o ambiente em que vivemos. O *bem viver* indígena é aquele que permite desfrutar plenamente a experiência do tempo presente.

É importante lembrar que não tem cabimento associar o pensamento dos povos originários ao passado: o tempo da aldeia e o tempo da cidade são

contemporâneos. A obra de Daniel Munduruku, assim como a de outros pensadores indígenas, contribui para que o trânsito entre esses mundos se torne uma via de mão dupla: a cidade tem muito a aprender com a aldeia. A aldeia e a cidade não são radicalmente separadas: elas se conectam de muitas maneiras, pelo fluxo de pessoas, alimentos, tecnologias, mercadorias e saberes – o problema é que esse trânsito muitas vezes se dá de forma unilateral e violenta. As crônicas de Munduruku nos convidam a *desentortar* nosso pensamento: procuram “acender” no leitor “a chama da curiosidade pelas outras vidas que não a sua”.

Referências bibliográficas

MUNDURUKU, Daniel. *Histórias de índio*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1996.

Histórias de índio é o primeiro livro de Daniel Munduruku, escrito em um período em que o aluno dava aulas para jovens de seu povo, quando percebeu que as histórias que ele contava em sala de aula ainda não haviam sido escritas.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Jandaíra, 2019.

A filósofa brasileira Djamila Ribeiro afirmou-se como uma voz importante para o desenvolvimento de uma nova abordagem crítica às várias formas do racismo, em suas múltiplas manifestações na sociedade brasileira. O conceito de lugar de fala tem sido central nas discussões voltadas à área da comunicação e da representatividade das chamadas “minorias” na mídia e nos meios culturais.

Sugestão de leitura

POVOS indígenas no Brasil. *In*: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. [São Paulo: Instituto Socioambiental, 2021]. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org>. Acesso em: 23 jun. 2022.

O Instituto Socioambiental é uma ONG que atua em defesa de comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, entre outras. A página *Povos Indígenas do Brasil* apresenta muitas informações sobre cada um dos povos indígenas presentes no território brasileiro. Você pode pesquisar diretamente pelo nome dos povos ou navegar pelo conteúdo apresentado no *site*.







MODERNA

Para que servem estes pequenos textos que aqui lhes apresento? Para que possamos nos espantar com aquilo que nos parece óbvio, mas não é. Não é, porque pouco sabemos sobre essas populações. O que nos ensinaram tem a ver com a tal da história única contada por uma voz estridente que nunca nos ofereceu outras versões e, por conta disso, acabamos por aceitar o que nos era ensinado.

[...]

Claro que aqui vão encontrar situações engraçadas, hilárias e até ridículas. Elas foram escritas com a finalidade de nos ajudar a “desentortar” nosso pensamento. Riam, portanto, mas se permitam ser provocados em suas ignorâncias. É preciso deixar o que se acha que sabe para ter oportunidade de conhecer outras realidades.

Bem-vindos a esta aventura.

Daniel Munduruku

